

-----ATA N.º 9 DE 23 DE DEZEMBRO -----

-----Aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2025, pelas 21.00 h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no auditório dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Proposta n.º 36/CM/2025 - Fixação da taxa do IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, respeitante ao ano de 2025, a cobrar em 2026;-----

----- 2 - Proposta n.º 37/CM/2025 - Fixação da taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2025, a arrecadar em 2027, a que os municípios têm direito em cada ano;-----

----- 3 - Proposta n.º 38/CM/2025 - Autorização à Câmara Municipal, para lançamento de uma derrama, apurada no ano de 2025, a receber pelo município em 2026, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; -----

----- 4 - Proposta n.º 39/CM/2025 - Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem a aplicar em 2026, prevista na Lei das Comunicações Eletrónicas; -----

----- 5 - Proposta n.º 40/CM/2025 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2026 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal;-----

----- 6 - Proposta n.º 41/CM/2025 - Discussão e votação dos Documentos Previsionais para 2026 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal; -----

----- 7 - Proposta n.º 42/CM/2025 - Processo de descentralização - atualização para 2026, dos recursos financeiros para todas as freguesias; -----

----- 8 - Contratos Programa a celebrar com a Promotorres E.M: -----

----- 8.1 - Proposta n.º 43/CM/2025 - Discussão e votação da minuta da adenda ao contrato-programa para a Gestão do Mercado Municipal de Torres Vedras; -----

----- 8.2 - Proposta n.º 44/CM/2025 - Discussão e votação da minuta da adenda ao contrato-programa para a Organização e Gestão de eventos; -----

----- 8.3 - Proposta n.º 45/CM/2025 - Discussão e votação da minuta da adenda ao contrato-programa para a Gestão e Exploração da Expotorres; -----

----- 8.4 - Proposta n.º 46/CM/2025 - Discussão e votação da minuta da adenda ao contrato-programa para a Gestão e Exploração do Estacionamento; -----

----- 9 – Proposta n.º 47/CM/2025 - Discussão e votação da proposta de Carta Educativa para o Ciclo 2025/2035;-----

----- 10 - Proposta n.º 38/AM/2025 - Apreciação de informação do presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

Informação sobre competências delegadas: -----

----- 10.1 - Proposta n.º 39/AM/2025 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno

para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021);-----

----- 10.2 - Proposta n.º 40/AM/2025 Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

----- 11 - Proposta n.º 41/AM/2025 - Votos, moções e recomendações.-----

----- Presidiu a presidente da Assembleia Municipal Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa, tendo sido secretariado por Ilídio Paulo Antunes Santos, e pelo deputado Francisco Maria Charters Miranda de Barros e Vasconcelos (em substituição de Mário Agostinho) -----

----- Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar: -----

----- Carlos Manuel Soares Miguel, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Maria Leonor Varela Silva Malhado, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Carlos Alberto Pontes Filipe, Andreia Filipa Alves Caldas, Maria Leonor Marques Marinheiro em substituição de (Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco), Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Rui José Prudêncio, Vanda Raquel Inácio da Silva, Beatriz Silva Pereira, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Herculano Manuel Cosme Raposo, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, Fernando Manuel Osório Guerra, Susana Mónica da Silva José, Artur Alexandre dos Santos Narciso, João Paulo Moreira dos Reis, Paula Cristina dos Santos Lopes, Sérgio Alexandre Simões Ferreira, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto Pedro, Telma Filipa Francisco Mota, Vasco Augusto Bernardes Forcada, João Marcelo Garcia Marques, Mário João Rodrigues Matias, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, João de Deus Tomás Elias, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Dalila do Carmo Miranda de Jesus, António José Silva Alves, Mário João Ferreira Gomes, Francisco José Teodoro Martins, Ana Clara Gomes dos Santos.-----

----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara Municipal Sérgio Paulo Matias Galvão e os vereadores Francisco João Pacheco Martins, Rita João Maya Gomes Sammer, David Alves Gomes Lopes, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Ana Barbara Antunes do Carmo da Silva Amaro, Felicidade Maria da Silva Santos Vital de Alcantara, Rui Pedro Avelar Lopes e Rui Manuel Estrela da Silva.---

----- A **presidente da Mesa** deu início aos trabalhos, e como nota prévia disse esperar que a sessão seja pautada pelo espírito natalício e que decorra com a maior civilidade e que a democracia seja respeitada. -----

----- Deu também nota que face à ausência, devidamente justificada, do segundo secretário foi chamado novamente para completar a mesa o deputado municipal Francisco Maria Charters Miranda de Barros e Vasconcelos, que teve a anuência de todos os presentes. -----

----- De seguida deu início ao **período aberto à intervenção do público**, para o qual a Mesa tinha recebido a seguinte inscrição:-----

INTERVENÇÃO DO CIDADÃO HERMÍNIO DO FUNDO SARAIVA: -----

ELOGIO: -----

----- O **Hermínio Saraiva** disse que vinha participar, por um imperativo de consciência, pois deve como munícipe, não natural do concelho, um grande agradecimento a todos os que desde o 25 de Abril de 1974 fizeram parte dos órgãos representativos das freguesias e do município e ajudaram a transformar Torres Vedras num concelho inclusivo, com algumas falhas, é evidente, mas um concelho mais aberto e isso foi devido a todos os presidentes, a todos os vereadores, e a todos os deputados municipais, que contribuíram para que fosse um concelho diferente, e a seu ver Torres Vedras é diferente da maior parte dos concelhos do país.-----

----- Aproveitou, porque estão presentes todos senhores presidentes de junta eleitos nas eleições de 12 de outubro, para lhes expressar um agradecimento especial, extensivo ao ex-presidente da freguesia da Silveira onde reside, Luís Pedro Silva da Silva, pois no seu entender é neles que a democracia começa. -----

----- Assim reforçou o seu agradecimento a todos aqueles que já exerceram estes cargos assim como a todos aqueles que agora foram eleitos, esperando que tudo corra muito bem. -----

----- **A presidente da Mesa** expressou a recetividade da assembleia para acolher todos os cidadãos que queiram participar, e instou o senhor Hermínio a voltar, mesmo que seja para manifestar as suas preocupações. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Não havendo mais intervenções do público, a Presidente da Mesa disse que iriam passar ao período antes da ordem do dia, adiantando que fariam uma pequena pausa a meio para uma surpresa de Natal.-----

Período antes da ordem do dia:-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

----- O primeiro secretário Ilídio Santos leu documentos recebidos pela mesa, que foram numerados, e que irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL

REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 1:-----

----- E-mail de Mário Jorge da Glória Agostinho, de 16/12/2025, a informar que não poderá participar na sessão, por não se encontrar no continente e seria substituído nos termos legais por Francisco Maria Chartres Miranda de Barros e Vasconcelos. -----

DOCUMENTO 2:-----

----- E-mail de Maria Manuela Pacheco, de 22/12/2025, a participar a sua impossibilidade de comparecer nesta sessão, tendo sido convocada em sua substituição Maria Leonor Marinheiro, por indicação do líder da bancada. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida.-----

“LIVRO “O VINHO DE TORRES VEDRAS 1850-1968” - MUSEU DO VINHO DE TORRES:-----

----- O deputado municipal **Fernando Santos** começou por desejar aos autarcas eleitos, um excelente mandato.-----

----- Prosseguiu dizendo que pediu para intervir para deixar duas sugestões, uma de leitura, outra de reflexão. A reflexão incidia sobre a edificação efetiva do Museu do Vinho de Torres Vedras, e do aproveitamento dos depósitos em cimento, desativados nas adegas cooperativas, nomeadamente, para a construção de alojamento hoteleiro que suporte uma oferta turística na esfera do turismo ligado à vinha e ao vinho no concelho de Torres Vedras, integrado na atual rede local de enoturismo.

----- Relativamente à sugestão de leitura fez uma apresentação sucinta do estudo do “Vinho de Torres Vedras (1850-1986)”, de sua autoria, que foi levado a cabo no domínio do conhecimento da história económica, procura reconstituir e reinterpretar a história dos vinhos (e das aguardentes) de Torres Vedras de uma forma abrangente no recorte cronológico que vai de meados até quase ao final do século XX e tem como objetivo produzir uma visão de longa duração sobre como é que um vinho (uma aguardente) e uma região vinícola específica atravessou as grandes fases da história do vinho a nível nacional, desde a época em que a agricultura, e o vinho em particular, emergem como setores privilegiados, no modelo económico introduzido pela Regeneração e o Fontismo até ao momento em que a adesão à CEE, em 1986, veio modificar estruturalmente o setor da vinha e do vinho. Pelo meio, o setor enfrentou sucessivamente riscos, desafios e oportunidades várias, suscitados ora pelas doenças da vinha, ora pelas alterações de mercado, ora pelas medidas de política.-----

----- Assinalou também que o aproveitamento do edificado da Junta Nacional do Vinho/IVV sediado no concelho de Torres Vedras, é a sugestão, desta reflexão, de forma a por de pé o Museu do Vinho de Torres Vedras.-----

----- Como facto a conhecer, deu nota que o primeiro museu nacional do vinho devia ter sido construído na vila de Torres Vedras, mas acabou por fugir para Alcobaça.-----

----- Salientou ainda a necessidade de valorizar o turismo enológico regional, para o qual os depósitos em cimento desaproveitados, parecem servir o propósito e por isso mesmo são um ativo nesta economia.-----

----- Nesta sequência, considera que adega cooperativa de Dois Portos, de acordo com as fontes consultadas, reúne as condições de terreno e tradição na geografia do concelho de Torres Vedras para a implementação deste projeto. Paredes meias com a estação de comboio de Dois Portos que serviu para transportar então o bem mais precioso da região, e da linha que serviu de inspiração à identidade Oeste, construída em torno desta linha e da respetiva identidade territorial.-----

----- Fez também referência ao polo de conhecimento, também ele à altura muito importante, o Posto

Agrário de Dois Portos, hoje Estação Vitivinícola Nacional, para se perceber que esta ideia só por si permite dar existência a uma economia de turismo enológico integrada na rede de enoturismo existente. -----

---- Por último quis deixar registado que se conseguirem levar a bom porto as propostas que apresenta estão a consolidar e homenagear a grande economia do concelho e os seus atores, passando a indicar alguns, tais como os torrienses: António Batalha Reis – uma eminente figura na economia do vinho comum nacional; Mário Galvão – o primeiro Presidente da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal; João Ferreira Rijo – o primeiro Presidente do Grémio de Vinicultores de Torres Vedras; Vitorino França Borges – o Presidente da câmara municipal de Torres Vedras e também a Quinta da Viscondessa, no Turcifal que foi escola de viticultura (o primeiro Presidente foi o agrónomo António Batalha Reis), a Estação Torreana de Fomento Agrícola, a Estação Ampelo-Filoxerica do Sul, e o Posto Agrário de Dois Portos/Estação Vitivinícola Nacional que foi e é uma importante estrutura de investigação e produção de conhecimento na esfera da vinha e do vinho nacional.-----

---- A **presidente da Mesa** agradeceu a oferta do livro “O Vinho de Torres Vedras 1850-1968” pelo deputado municipal, assim como o **presidente da Câmara** que registou as sugestões deixadas, agradecendo pela iniciativa. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTEMPÉRIES:-----

---- A *presidente de junta de freguesia da Ventosa, Ana Clara Santos*, veio expressar, em nome de todo os presidentes de junta que integram o Grupo Municipal dos Unidos por Torres Vedras, o seu profundo agradecimento a todas as entidades envolvidas nas diversas ocorrências registadas nas últimas semanas, motivadas pelas condições meteorológicas particularmente desafiantes que têm atravessado.-----

---- Destacou, com especial reconhecimento, a pronta atuação e disponibilidade permanente da Proteção Civil, na pessoa da sua coordenadora, bem como por todos os seus colaboradores, igualmente ao gabinete técnico florestal e aos serviços de ambiente, nomeadamente no acompanhamento e intervenção em rios e linhas de água, cujo trabalho foi determinante para a mitigação dos impactos verificados, expressando o desejo que seja sempre mantido este profissionalismo, dedicação, e espírito de missão demonstrado. -----

---- Destacou igualmente que todo este esforço foi desenvolvido sobre a coordenação e supervisão do sr. vereador Diogo Guia. -----

---- O **presidente da Câmara**, agradeceu aos presidentes de junta e às equipas das juntas de freguesia que tiveram uma intervenção excepcional no terreno, juntamente com todas as outras entidades que a autarca referiu, tendo havido na sua opinião de facto, uma resposta rápida a tudo o

que ocorreu neste período. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL FERNANDO MANUEL OSÓRIO GUERRA: -----

---- O deputado, líder do grupo Municipal do PCP, **Fernando Guerra**, começou por sinalizar que nos tempos que correm é cada vez mais importante preservar a mobilidade de pessoas e veículos e embora reconhecendo o muito que já foi feito nesse capítulo no concelho, não podem descurar o que falta fazer, e que há aspetos que forçosamente têm que ser melhorados, referindo-se concretamente ao seguinte: -----

---- Na maioria dos casos em que há requalificação de algumas estradas, não é tida em linha de conta a preservação de uma berma que sirva para os peões circularem, e gostariam de ver essa situação melhorada. -----

---- Na vila de A-dos-Cunhados, foi iniciada há cerca de 2 anos, a construção de uma ciclovia na margem do rio Alcabrichel que se pretendia que estabelecesse a ligação entre A- dos-Cunhados e o Vimeiro, no entanto, a meio do percurso, o proprietário de um terreno que confina com o rio, colocou um portão que impede a continuação da via, e a obra parou ali, questionando se o executivo municipal tem conhecimento da situação, e se tenciona tomar ou já tomou alguma posição acerca do assunto. -----

---- Na Freguesia de Santa Maria, São Pedro Santa e Matacães, existe uma estrada que liga a rotunda existente a norte do Campo de Futebol da Fonte Grada e as Palhagueiras passando junto a vários armazéns de empresas hortofrutícolas, estando quase toda a via devidamente pavimentada, com exceção um troço com cerca de 300 metros, que está mais estreito que o resto da via e com o piso bastante danificado, inquirindo o que pensa o Executivo fazer para concluir esta obra. -----

---- Prosseguiu dizendo que os tempos têm mudado e cada vez mais são necessárias vias onde o transporte de pessoas e mercadorias circulem, mas continuam a existir situações que contrariam o progresso, sendo exemplo disso o túnel sobre a linha do caminho de ferro no Ramalhal, onde transitam centenas de veículos pesados e veículos por semana, só passa um de cada vez e, por vezes, até ficam imobilizados fazendo parar toda a circulação, questionando se o executivo municipal tem alguma perspetiva de diligenciar junto das entidades responsáveis no sentido de alterar a situação. -----

---- Por último, referenciou o facto de haver uma tendência para que a desertificação seja uma realidade nas freguesias do interior do concelho, sendo uma das causas as dificuldades no acesso a essas localidades. No caso de freguesia do Maxial, há o exemplo do difícil acesso da antiga estrada nacional 115-2 que foi requalificada entre a Aldeia Grande e a Portela de Monte Redondo, mas apenas a nível do piso, pois as curvas difíceis continuam a dificultar a vida a quem precisa de ali passar e a contribuir para a tal desertificação que todos querem combater, pelo que gostaria de

saber se executivo municipal tem algum projeto que vise modificar as condições de circulação desta via. -----

----- Respondendo às questões colocadas o **presidente da Câmara** concorda com o deputado quanto à ausência de bermas, sendo este um caminho que têm que rapidamente trilhar, embora certamente seja um caminho que acarreta mais custos, mas é o caminho certo. -----

----- Sobre o túnel fez notar que a IP já tem conhecimento da intenção da Câmara Municipal em ajudar a fazer o alargamento do túnel, porque, de facto, muitas vezes há camiões que não conseguem passar, e para tal uns recorrem ao esvaziamento dos pneus, outros resolvem voltando para trás, mas já ouviu muitas histórias sobre o problema e a falta de acesso, problema que pretendem resolver em conjunto com a IP. -----

----- Sobre a estrada nacional 115-2 informou que no anterior mandato foi lançado um concurso para fazer um estudo que comportasse 3 hipóteses para a requalificar, lembrando que esta estrada veio à posse da autarquia e existem verbas para essa requalificação. A seu ver um dos traçados tem mais viabilidade do que os outros 2, mas aguardam as conclusões do estudo e depois irão avançar com a requalificação da estrada. -----

----- No tocante à ciclovia e aos tais 300 metros que falta alcatroar na via de acesso ao campo de futebol, irá informar-se da matéria. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SERVIÇO MUNICIPAL DA PROTEÇÃO CIVIL – PREVENÇÃO: -----

----- O *deputado municipal Artur Narciso*, começou por lembrar que foi há 16 anos, no dia 23 de dezembro que ocorreu a ciclogénese que devastou Torres Vedras. Naquela madrugada o vento testou a resistência, e a resiliência de todos os torrienses, e têm de dar os parabéns a todos os intervenientes na altura, e não se podem esquecer disso.-----

----- Frisou que as lições do passado exigem liderança e visão, longe de politiquices, e no dia 13 de novembro voltaram a ter um teste à resistência e resiliência da população com um evento chuvoso, como não há memória. A cidade teve várias zonas, aldeias e terrenos agrícolas alagados, e, mais uma vez, todos os meios foram acionados e disponibilizados para resolver a situação. No entanto, no seu entender, a proteção começa muito antes da própria proteção civil, bombeiros ou outros agentes intervirem.-----

----- Nesta sequência fez notar que há que haver cuidado, e que a própria proteção civil, quando se antecipam momentos de muita chuva alerta para a necessidade de desbloquear sumidores e algerozes, que na cidade se encontram muitas vezes obstruídos com folhas. Não é um trabalho fácil, mas tem que haver esse cuidado, para que os terrenos, as ruas, não fiquem alagadas, porque ao estarem obstruídos, criam pressão noutros locais que depois vão obviamente alagar. -----

----- Continuando no prisma de proteção civil, referiu-se à manutenção os estrados durante todo o

ano em Santa Cruz, manifestando o seu espanto, porque já foram feitos vários avisos nesse sentido, e no passado sábado foram todos, ou uma boa parte, destruídos ou deslocados por força da maré, obrigando os serviços camarários à recolha dos estrados partidos ou deslocados. Esta ocorrência suscitou-lhe duas questões: quais foram os custos desta destruição e, por outro lado, quando têm polícia marítima e demais autoridades a avisar que em momentos de mar alterado as pessoas não se devem deslocar à praia, ter estes mesmos passadiços, no inverno, em determinadas zonas é estar a convidar as pessoas para dar um passeio perigoso. -----

---- O **Presidente da Câmara** salientou ser interessante ver como de facto as coisas mudaram, lembrando que o deputado passou mandatos sempre a dizer bem de tudo e de todos, e até ele quando estava na vereação achava que não tinha corrido tão bem, mas o deputado achava sempre forma de dizer bem de tudo, mas agora, já começa a haver problemas. -----

---- Assim e relativamente aos estrados esclareceu que já têm um projeto para fazer um passadiço que não irá por em causa a segurança das pessoas. Todos querem estrados que fiquem lá durante todo o ano, e isso foi uma deliberação do mandato anterior aprovado por unanimidade e que este Executivo vai cumprir. Confirmou que houve alguns estrados que se estragaram, porque estavam nas linhas de água, mas ainda permanecem lá alguns, nomeadamente os mais recentes. -----

---- No tocante aos acontecimentos do dia 13 de novembro estão a tomar medidas, que já não eram tomadas há uma série de tempo, pensando que o deputado se quis referir à prevenção, sendo esse o caminho que pretendem seguir, mas infelizmente, começaram o mandato já num ano muito invernos, com o registo de queda de água exponencial e anormal, mas estão a tomar medidas para que no resto do Inverno e num futuro muito próximo, as coisas não aconteçam como aconteceram. -----

---- O *deputado municipal Artur Narciso*, pediu novamente a palavra para exercer o direito de defesa da honra regimentalmente expresso no na alínea g) do art.º 44.º. -----

---- A **presidente da Mesa** disse que das palavras que ouviu do edil, não lhe pareceu que haja um problema de honra, mas deu-lhe a palavra. -----

---- O *deputado municipal Artur Narciso* reafirmou que há um problema de honra porque pôs em causa a sua coerência, sendo certo que é tão coerente que no passado, como referido pelo senhor Presidente, então vereador, concordava com ele, e a sua intervenção, não foi uma crítica, foi apontar pontos melhoria e quando não se sabe receber esses contributos, é preocupante. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DA MACEIRA - JOÃO MARCELO GARCIA MARQUES: -----

---- O *presidente de junta João Marcelo*, interveio no sentido de prestar ao plenário um esclarecimento público sobre acontecimentos graves ocorridos no passado dia 15 de dezembro, que envolveu um membro da Assembleia de Freguesia da Maceira, representante do PS, que o agrediu.

----- Acrescentou que se trata de alguém por quem, durante muitos anos, nutriu estima e consideração, com quem partilhou lutas importantes para a Maceira, entre elas, a desagregação da Freguesia de Maceira, uma conquista amplamente reconhecida e desejada pela população, contudo, devido a diversos acontecimentos ocorridos durante a pré-campanha e durante a campanha eleitoral, deixaram de comunicar. Deu nota ainda que ele e a equipa que lidera mantiveram sempre uma postura de respeito, focados exclusivamente na apresentação das suas propostas e no trabalho que queriam desenvolver, e mesmo que não tivessem vencido as eleições, estariam disponíveis para colaborar em tudo o que fosse benéfico para a Maceira, porque o que verdadeiramente importa é servir a população e melhorar a qualidade de vida dos maceirenses. ---

----- Assim, explicou que o referido membro, no interior das instalações da junta, abordou-o sem marcação prévia, (o atendimento ao público decorre apenas às segundas e sextas-feiras à tarde) insistindo em falar com ele num tom de voz elevado e intimidatório, incompatível com o respeito institucional que deve existir, tendo explicado que só poderia atendê-lo mediante marcação e na presença do seu executivo pois já estava a antever o que poderia acontecer. Perante o escalamento da insistência desrespeitosa e do tom de voz, sem qualquer justificação, informou o senhor que chamaria a GNR e ao tentar abandonar o local foi impedido pelo mesmo indivíduo de o fazer, que de forma ainda mais agressiva, lhe apertou a cara, insistindo que tivesse com ele uma conversa de “homem para homem”, a sós e a proferir diversos impropérios.-----

----- Fez notar ainda que a situação persistiu no balcão de atendimento, onde inclusive os funcionários da junta intervieram para que a pessoa em questão não se continuasse a exceder. ---

----- Esclareceu que a ocorrência descrita teve origem no facto de ele, presidente de junta, acompanhado por um membro da sua equipa, ter alertado um familiar do referido membro da Assembleia que se encontrava a depositar indevidamente resíduos no caixote do lixo comum, no cumprimento do seu dever de zelar pelo bom funcionamento e limpeza da freguesia, e que a seu ver assume uma gravidade acrescida por se tratar de uma agressão dirigida ao Presidente da Junta de Freguesia por parte de um membro da própria Assembleia de Freguesia, o que atenta contra o respeito institucional e democrático que deve pautar o funcionamento de todas as instituições locais.

----- Relatou igualmente que para além da agressão física e verbal, esta situação trouxe-lhe outras consequências, nomeadamente, psicológicas: sentiu medo, nervosismo e insegurança, tendo ficado abalado emocionalmente, com receio de voltar a encontrar a pessoa em causa; institucionais: a agressão mina a confiança e o respeito que devem existir entre órgãos da freguesia, dificultando o exercício das suas funções com serenidade; emocionais: sentiu tristeza e desilusão por ter sido alvo de violência por alguém com quem já partilhou causas importantes; segurança pessoal: não se sente confortável em partilhar o mesmo espaço que a pessoa em questão; imagem pública: este episódio expõe-no perante a comunidade de forma injusta, criando perceções negativas que não

correspondem ao seu carácter nem ao seu trabalho; confiança: abalou a relação de confiança que deve existir entre representantes eleitos, prejudicando o ambiente de cooperação institucional e de motivação, ou seja, episódios como este retiram energia e ânimo, tornando mais difícil manter o foco no que realmente importa, servir os maceirenses.-----

---- Por último deu nota que existem testemunhas do sucedido, a GNR esteve no local, a queixa foi apresentada e o processo encontra-se entregue às autoridades competentes, que farão o seu trabalho com a imparcialidade e rigor que se exige.-----

---- Reafirmou o seu compromisso com todos os maceirenses, ou seja, continuará a desempenhar as suas funções com seriedade, transparência e dedicação sempre em defesa da freguesia e do bem-estar da população.-----

---- O *deputado municipal Carlos Miguel*, pediu a palavra para dizer que não podia deixar passar em claro esta intervenção.-----

---- Defendeu que o PS lamenta qualquer tipo de agressão e mais lamenta que tenha havido agressões entre autarcas, mas também lamenta a intervenção do presidente da Junta de Freguesia da Maceira, porque, a partir do momento que o autarca chamou e bem a GNR e já fez apresentou queixa contra um possível agressor, a questão deixou de ser uma questão política para ser uma questão criminal, e sendo uma questão criminal não é para ser tratada na Assembleia Municipal, é para ser tratada no Tribunal Judicial de Torres Vedras.-----

---- Acresce que o colega, presidente de junta, interveio, na ausência do hipotético agressor, que não tem a possibilidade de se defender, nem se devia defender no plenário, pois poderá fazê-lo em tribunal se as coisas correrem o seu curso, e por isso lamenta que o tenha feito desta forma e perante a Assembleia Municipal. No seu entender para futuro devem-se preocupar com as questões políticas e não com as questões cívicas ou criminais. Como dizia e bem um camarada seu que muito respeita “à justiça o que é da justiça e à política o que é da política”, pelo que misturar as duas coisas, fica mal a quem mistura.-----

---- O *presidente da Câmara*, mostrou-se solidário com o autarca e lamentou o que aconteceu, esperando que não se repita neste mandato.-----

---- Em relação às palavras do deputado Carlos Miguel, o *deputado municipal Luís Carlos Lopes* fez notar que não é o deputado que define o que é que os deputados podem trazer ao plenário, pois este é um espaço de liberdade, sempre assim foi e pensa que o PS assim o defende ainda.-----

---- Confirmou que os acontecimentos relatados são lamentáveis, e que nem nos primórdios da democracia no concelho, se lembra de acontecer, mais parecendo que tinham voltado ao passado. Custou-lhe a crer que houve essa litigância física dentro de uma sede de freguesia entre um elemento da assembleia e um membro da junta de freguesia, mas estão no principal órgão deliberativo do concelho de Torres Vedras, e mal seria que não se pudesse falar ali

independentemente da questão jurídica. -----
----- Salientou ainda que, há duas componentes, a componente jurídica e a componente política e o que tiveram foi um litígio físico, entre um membro, não lhe interessa o partido, se fosse do PSD diria o mesmo, sendo lamentável, tentar-se de forma física, dirimir uma coisa que ainda por cima é um crime ambiental, e é ainda mais grave, mas dizer “o senhor não fala aqui, tem que ir para o Tribunal” não lhe parece nada apropriado. -----
----- Por sua vez o *deputado municipal Artur Narciso* disse que se percebe pela última intervenção que as pessoas confundem qual é o poder de cada órgão, mas, também lamentando a situação que possa ter ocorrido, têm que perceber quais são os órgãos competentes para cada matéria. -----
----- Ainda sobre a questão, o *deputado municipal Carlos Miguel*, interveio novamente para sinalizar que as palavras do colega Luis Carlos, no fundo acabam por lhe dar razão, pois ouviram uma versão e a conclusão que chegam é que houve uma agressão, mas não sabe se houve agressão porque é a versão de uma pessoa, por isso é que já que foram para a justiça e bem, deve ser discutido na justiça e não no plenário. -----
----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: -----

----- A *deputada municipal, Susana Neves* disse que trazia ao plenário o tema em título, porque viver a violência doméstica continua a ser uma temática pública, uma terrível violação contra os direitos humanos, uma crise no garante da justiça social e um flagelo de desigualdades entre mulheres e homens. A violência doméstica, não pode ser um estatuto num concelho como o de Torres Vedras, onde o crescimento com sustentabilidade e visão social é o que se preconiza. -----
----- De igual forma referiu que no dia 25 de novembro, sinalizando o dia internacional para a eliminação da violência contra as mulheres, o Gabinete Intermunicipal de Apoio à Vítima reportou que, em 2024, acompanhou 161 vítimas, sendo 157 mulheres entre os 30 e os 49 anos, dos quais 90 são novos casos e 56% são residentes no concelho de Torres Vedras, e as vítimas são agredidas por violência física e psicológica, estando em coabitação com cônjuge ou companheiro. -----
----- Enfatizou que a violência doméstica é um crime de homicídio a prestações. -----
----- Nesta sequência, e no âmbito da parceria que dispõe o Município de Torres Vedras, com o citado gabinete, o Grupo Municipal do PS vem solicitar ao edil o acesso ao relatório anual do mesmo, porque a informação sobre as vítimas não se reduz a números e a percentagens, porque querem conhecer a dor, o tipo de queixas e, por vezes, o que faz as vítimas retirarem as queixas, querem contextualizar sócio/educativamente e compreender a atividade laboral da vítima e do agressor, querem saber a extensão humana da agressão, agressão que vai às crianças e muitas vezes idosos envolvidos, querem saber as medidas de intervenção acionadas, desde as ordens de proteção às de afastamento e ainda porque querem saber os recursos e atores institucionais envolvidos e o

tempo da ação. -----

----- Terminando, disse que violência é violência e para a mesma não há desculpa, reiterando a necessidade de terem acesso a este relatório. -----

----- O **presidente da Câmara** fez suas as palavras da deputada, referindo que a vereadora Rita Sammer já tinha indicação para disponibilizar o relatório em causa. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROGRAMA ABEM – REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO: -----

----- A *deputada municipal Paula Lopes* começou a sua intervenção por referir que, num contexto de crescente pressão económica sobre as famílias, marcado pelo aumento do custo de vida, nomeadamente habitação, e encargos com a saúde onde o concelho de Torres Vedras não é exceção, há um tema que, para o Partido Chega importa abordar, que está relacionado com a política da ação social do município que assume assim uma importância central na vida da população. -----

----- Fez notar que é responsabilidade do poder local garantir que os apoios sociais existentes assentam em princípios de justiça, responsabilidade social e rigor, garantindo que os recursos públicos aplicados, cheguem efetivamente a quem mais necessita sem criar dependências nem desigualdades entre os munícipes. -----

----- Assim, é neste enquadramento que abordam o Programa Abem, um apoio social na área da saúde que visa garantir o acesso a medicamentos por parte de munícipes em situação de maior fragilidade económica, e que sendo do ponto de vista do Chega, um apoio de extrema importância, também importa compreender melhor a aplicação concreta e o impacte real, pelo que se torna fundamental perceber alguns pontos, mais concretamente:-----

----- Quantos munícipes estão atualmente abrangidos por este programa, sabendo que o máximo são 100 munícipes, e se realmente estão no máximo do apoio, ou não; quantos pedidos ficaram fora, apesar de situações de carência económica e qual o custo anual efetivo do programa para o município; no orçamento para 2026, em que rubrica é que este apoio está inserido; que avaliação foi feita quanto ao impacto do programa na saúde e na qualidade de vida dos beneficiários, bem como de que forma é que é garantida a equidade entre quem beneficia do apoio e quem, apesar de trabalhar e cumprir as obrigações fiscais acaba excluído da ajuda; e acresce também a questão da acumulação do cartão com outros apoios municipais ou a nível do estado.-----

----- Sobre este assunto, **o presidente da Câmara** respondeu que fará chegar toda a informação quanto ao programa ABEM, ou informará em plenário numa próxima sessão. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE RUNA – HUMBERTO MANUEL SEBASTIÃO GOMES: -----

----- O autarca de Runa, disse que vinha partilhar a experiência vivida ao longo deste mês de dezembro, com início do programa “Freguesias Sede do Concelho”.-----

----- Nesse propósito especificou que nas últimas semanas, acolheram o executivo municipal em Runa, tendo sido com enorme alegria que abriram as portas da junta de freguesia e participaram nas várias iniciativas do programa em causa. A participação dos runenses contabilizou cerca de 40 intervenções distribuídas pelos atendimentos do senhor presidente, dos vereadores à população, e na reunião pública do Executivo Municipal, que teve lugar durante a manhã deste mesmo dia.-----

----- Relatou que fizeram diversas visitas no território, às empresas, instituições, e estabelecimentos locais, o que permitiu conhecer a realidade da freguesia, as suas necessidades e o seu potencial.

----- Para encerrar este mês de trabalho, no próximo sábado, dia 27 pelas 16 horas na Casa do Povo de Runa serão apresentadas as ideias e os projetos comuns definidos para a freguesia para os próximos 2 a 4 anos, e que, contará com programação musical assegurada por 2 runenses, convidando todos os presentes para o evento.-----

----- Salientou que foram semanas muito positivas que reforçaram a proximidade necessária entre a junta de freguesia, o executivo municipal e a população, e por esse motivo, em nome da junta que preside, deixou um agradecimento à Câmara Municipal de Torres Vedras por todo o apoio prestado, na certeza que iniciaram o mandato da melhor forma possível, com cooperação e diálogo.-----

----- Terminou deixando 2 convites, mais concretamente para doação de sangue na no dia 29/12 das 15h00 às 19h30, na junta de freguesia de Runa que irá a receber a Associação de Dadores de Sangue de Torres Vedras e para votarem no Cedro de Runa, candidato à árvore do ano de 2026, sendo que neste momento lideram a votação com mais de 2250 votos, uma vantagem de 200 votos sobre a segunda árvore, que apesar de ser um resultado muito bom, têm que consolidar apelando à votação, através do site, *arvore do ano/portugal.pt* até ao dia 7 de janeiro de 2026, lembrando que o Cedro de Runa está a representar não apenas esta freguesia, este concelho, mas todo o distrito de Lisboa e acredita que tem todas as condições para ir mais longe e representar Portugal na Europa.-----

----- A **presidente da assembleia** informou que já tinha votado e apelou ao voto de todos considerando que é uma honra terem a melhor árvore no concelho.-----

----- O **presidente da Câmara** confirmou que foi um mês muito enriquecedor, que ainda não terminou e encerrará no sábado na Casa de Povo de Runa, como referido pelo autarca, aproveitando para agradecer à junta de freguesia a receção, que foi feita a todo o Executivo, pois fizeram um excelente trabalho, que permitiu mostrar que o programa “Freguesias Sede de Concelho” funciona bem, bem como é enriquecedor o contacto com a população, com as empresas e as associações, e que englobou os 9 elementos do Executivo Municipal neste processo.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Ainda iniciou a sua intervenção a deputada municipal Maria Leonor Malhado, sobre a Escola Básica Carlos Bernardes, mas os trabalhos foram interrompidos às 21h40h para tradicional saudação musical natalícia à Assembleia Municipal pela Banda dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, sendo retomados às 22h15m. -----

ESCOLA BÁSICA CARLOS BERNARDES - FUNCIONAMENTO DO ATL: -----

----- Sobre o assunto em epigrafe a *deputada municipal Maria Leonor Malhado*, relatou que no passado dia 17 de dezembro o presidente da Junta de Freguesia do Turcifal divulgou através do *Facebook* e *Instagram* um comunicado dirigido aos encarregados de educação da Escola Básica Carlos Bernardes, relacionado com o funcionamento do ATL, partilhando a dificuldade em assegurar esse serviço devido à inexistência de auxiliar disponíveis e a necessidade que teve de recorrer a uma entidade externa para colmatar essa dificuldade, mais dizendo e citou “Importa esclarecer que apenas hoje foi transmitida a informação por parte da direção da escola relativamente às auxiliares que poderiam ser disponibilizadas e aos respetivos dias de apoio.” -----

----- Prosseguiu indicando que segundo o que sabem, a coordenadora da escola não foi previamente informada desta publicação, que a envolve diretamente e que põe em causa a sua disponibilidade para colaborar num serviço essencial para os encarregados de educação, e já havia comunicado a este autarca, na primeira reunião com o executivo da junta que ocorreu em novembro, que iria disponibilizar 4 auxiliares da escola para garantir o perfeito funcionamento do ATL/CAF, para além de, através de e-mail dirigido à junta no passado dia 16/12, véspera do dia em que o referido comunicado foi tornado público, a coordenadora ter identificado as 4 auxiliares, que assegurariam o perfeito funcionamento da ATL/CAF. -----

----- Deu ainda nota de terem conhecimento em 21/12 de um novo comunicado da junta de freguesia nas redes sociais, intitulado “Nota” com a pretensão de esclarecer eventuais lapsos de comunicação e de eventuais mal-entendidos. -----

----- Iguamente têm conhecimento que os pais se insurgiram com o aumento do preço diário do CAF divulgado pela junta através de uma informação entregue na escola às crianças para estas levarem ao conhecimento dos pais, que passou de 6 euros/dia, para 12,5 euros/dia. -----

----- Frisou que este assunto já foi levado pelo agrupamento de escolas, à Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação, pela sua relevância, quer quanto ao tema do ATL/CAF, e respetivos custos, quer quanto ao teor do referido comunicado, e nota, quer ainda quanto aos procedimentos de comunicação adotados. -----

----- Nesta sequência o Grupo Municipal do PS vem solicitar os seguintes esclarecimentos:-----

----- 1 - O que justificou este comunicado do presidente da Junta de Freguesia do Turcifal; -----

----- 2 - Porque razão não houve um aviso prévio, à coordenadora da Escola Básica Carlos Bernardes, sobre a intenção de o publicar; -----

----- 3 - Qual a justificação para um acréscimo diário do ATL/CAF de € 6,00/dia para €12,50/dia, e se este valor se vai manter durante o restante ano letivo, concretamente nas férias de Carnaval, Páscoa e Verão, isto porque com as 4 auxiliares disponibilizadas pela escola, não seria, aliás, como não foram necessários mais recursos humanos para assegurar o funcionamento da CAF nem aumentar os custos associados. -----

----- 4 - Considerando que a questão de apoio ao funcionamento do CAF está garantida com recurso às auxiliares disponibilizadas pela escola, como se justifica perante os pais um aumento deste encargo que semanalmente irá passar de € 30,00 euros para € 62,50. -----

----- 5 - Solicitam ainda a identificação da empresa contratada para participar nas atividades do ATL/CAF, qual o tempo disponibilizado e os custos associados. -----

----- Sobre este assunto o presidente da Câmara, solicitou que fosse a *vereadora Rita Sammer* a prestar alguns esclarecimentos, o que teve a devida anuência, assim: -----

----- Relativamente à questão suscitada, a *vereadora* deu nota que também reiteram a máxima importância nas relações próximas de colaboração entre a junta de freguesia e os agrupamentos de escolas, neste caso em concreto da Escola Básica de Carlos Bernardes. -----

----- Quanto à referência à Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação, deu também nota que a questão suscitada, foi analisada do ponto de vista do erro de comunicação que ter-se-á estabelecido, à qual a senhora deputada também fez referência, clarificando até porque não ficou claro na sua intervenção, que a prestação deste serviço é estreita e única responsabilidade da junta de freguesia.-----

----- Reforçou que a Câmara Municipal, nada tem a ver com a organização desse serviço, nem com o pagamento de qualquer prestação dos encarregados de educação, pelo que as questões que suscitou devem ser colocadas em sede de assembleia de freguesia ou diretamente ao senhor presidente de junta, porque não têm como responder. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA DE A-DOS-CUNHADOS - SÉRGIO ALEXANDRE SIMÕES FERREIRA:-----

----- No seguimento da sua intervenção na sessão anterior, o *autarca Sergio Ferreira*, mantendo o princípio de honestidade e frontalidade, que pretende seguir sempre, vinha fazer o ponto de situação da conta corrente de A-dos-Cunhados. -----

----- Nesse propósito, sobre a dívida à Autoridade Tributária, informou que reuniu, juntamente com o edil com o responsável do serviço de Finanças tendo ficado acordado o pagamento da totalidade da dívida, até ao final do ano ou início de janeiro, e quanto à Segurança Social acordaram dividir os € 200.000,00 por 42 meses, o que perfaz € 5.000,00 por mês, sendo a primeira prestação até 31 de janeiro. -----

----- Explicou que negociou 42 meses porque os acordos que fizer, são para cumprir no seu mandato, não são para deixar para ninguém pagar. -----

----- No tocante aos dois contratos interadministrativos de delegação de competências de cerca de € 92.000,00 euros que já existiam ainda do executivo anterior, o montante vai ser transferido ainda este ano, para pagamento a fornecedores, reduzindo o montante da dívida para € 250.000,00, dívida essa que será negociada depois com os fornecedores que ficarem dentro deste valor. -----

----- Deu ainda nota que estes acordos já foram aprovados por unanimidade na Assembleia de Freguesia, assim como os pagamentos serem feitos através da conta da junta de freguesia, uma vez que a Associação de Melhoramentos, tem as contas bloqueadas pela Segurança Social. -----

----- Por último manifestou o desejo de voltar ao plenário para falar deste tema apenas em junho de 2029. -----

----- Abordando este assunto o *deputado municipal Carlos Miguel* congratulou-se com o facto de A-dos-Cunhados estar a ver a sua situação financeira resolvida, dando contudo nota que sendo o município a assumir uma dívida que é da Associação de Melhoramentos, relativa às piscinas, é razoável que seja a câmara municipal, ou a própria junta de freguesia a ficarem com a propriedade do imóvel e não o deixarem com Associação, até porque pelo o que se apercebeu a piscina é a sua única atividade, não mais do que isso, já que os próprios funcionários, por aquilo que sabe, integraram a junta de freguesia, e por isso, para salvaguardar este património e o apoio que a autarquia deu e bem, deixava esta sugestão. -----

----- O **presidente da Câmara** confirmou a informação do autarca relativamente aos acordos que já estão efetuados e em curso para resolver de vez o problema. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INAUGURAÇÃO DA CRECHE/BERÇARIO EM S. PEDRO DA CADEIRA: -----

----- O *presidente de junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, António José Alves*, pediu a palavra para dar conta da inauguração da creche/berçário que teve lugar no passado domingo, em S. Pedro da Cadeira, e que configura mais um equipamento social fundamental para dar resposta às necessidades da freguesia. -----

----- Aproveitou para agradecer a presença da vereadora Rita Sammer, e dos vereadores Francisco Martins e David Lopes, bem como do secretário do presidente da Câmara, Pedro Miranda e ainda para enaltecer a atitude da vereadora Rita Sammer, ao convidar a Eng.^a Laura Rodrigues, ex-presidente câmara a acompanhar o descerramento da placa inaugural. -----

----- O **presidente da Câmara** deu os parabéns ao senhor presidente da Junta de freguesia, por ter mais uma creche na freguesia, sendo este o caminho que querem trilhar. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

NOVO HOSPITAL DO OESTE: -----

----- O *deputado municipal Carlos Miguel* reportou-se ao assunto em título para referir que talvez por defeito seu não encontrou grande reflexo na comunicação social, da moção que aprovaram na última assembleia. Assim, sugeriu à presidente da Assembleia, caso não o tenha feito, que a moção seja publicada no jornal Badaladas e na Gazeta das Caldas, assim como enviada à OesteCIM e todas as assembleias municipais e executivos municipais dos 11 municípios que compõem a OesteCIM, julgando ser importante fazê-lo. -----

----- A **presidente da Assembleia**, respondeu que deu total preponderância a que a moção aprovada por todos chegasse ao seu destinatário, porque considerou que a haver respostas, podem obtê-las pelo senhor primeiro-ministro e, portanto, já providenciou o seu envio. A comunicação social deu nota apenas a semana passada, recordando que a reunião foi no passado dia 10, mas foi uma reunião pública e, portanto, todos os meios de comunicação tiveram acesso à mesma. -----

----- Disse ainda que não se iria pronunciar sobre o trabalho dos outros, mas no seu caso, cumpriu a deliberação aprovada por unanimidade, pois é o dever e a obrigação de todos para trazer hospital para o Oeste e, portanto, sobre factos, não há argumentos. -----

----- Por sua vez o *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, reforçou que a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade pedir uma audiência ao Senhor Primeiro Ministro, a realizar com uma delegação desta Assembleia Municipal, com a participação do Executivo Municipal e de alguém que representasse a Comissão de Saúde, sendo muito importante que fique definido. -----

----- De novo no uso da palavra o *deputado municipal Carlos Miguel* lembrou que a questão do hospital do Oeste, foi sempre uma questão que envolveu muitos municípios, nomeadamente, tiveram 10 dos 12 municípios de acordo com uma determinada localização e, por isso, é muito importante que se continue a envolver todos estes parceiros nesta luta, porque se lutarem sozinhos, muito difícil será ganhar e, por isso, chamou a atenção que seria útil, remeter a moção tanto para a OesteCIM, como para aqueles municípios. -----

----- Ainda sobre o assunto, o **presidente da Câmara** esclareceu que foi decidido na OesteCIM aprovar uma moção idêntica à aprovada pela Assembleia Municipal de Torres Vedras e foi recomendado a todos os presidentes de câmara, que fizessem uma moção para que rapidamente se decida a localização do hospital, pois independentemente da vontade de cada um, o que interessa é que se decida. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA A QUESTÕES LEVANTADAS NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 10 DE DEZEMBRO: -----

----- Relativamente ao Parque de Merendas de Porto Novo, o **presidente da Câmara** confirmou que não há acordo de dispensa de espaço, há um acordo verbal e como o “Programa Freguesias Sede de Concelho” será no próximo mês na Maceira vão entrar em contacto com a empresa para tentar

resolver o problema definitivamente. -----

---- Quanto ao prédio que se está a degradar junto à Praia de Porto Novo, houve de facto fiscalização, e já foi notificado o proprietário para fazer uma proteção ao imóvel. -----

---- No que concerne ao tráfego na EN8-2, esclareceu que vai haver uma rotunda na parte de cima na zona de Paio Correia, para futura ligação à área empresarial das Palhagueiras e está em negociações com o IP nomeadamente quanto ao cruzamento, no sentido de se conseguir resolver de vez a questão já há muito falada. -----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Período da ordem do dia: -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES: -----

---- A **presidente da Mesa**, anunciou que tinham sido distribuídas duas atas, cuja votação obedecia ao n.º 3, do art.º 34.º, do código do procedimento administrativo, ou seja, não participariam na aprovação os membros que não tenham estado presentes na sessão a que a mesma respeita. ----

---- Assim, colocou a votação a ata n.º 6 de 24/09/2025, a última do mandato anterior que foi aprovada por maioria de 16 votos a favor e 1 abstenção, por parte do deputado municipal Vale Paulos. (Anota-se que nesta sessão estavam presentes um total de 17 membros, que também fizeram parte do mandato anterior, e que estavam presentes na sessão a que a mesma diz respeito).

---- Seguindo o mesmo preceito legal, colocou à votação a ata n.º 7/2025 de 25/10/2025, tendo o deputado municipal Carlos Miguel solicitado a seguinte correção, que foi aprovada por maioria de 36 votos a favor e 1 abstenção do deputado João Marcelo Marques. -----

---- “Na minha intervenção da sessão solene a dado passo, nomeadamente quando falava nas obras que estavam em curso fui interrompido pela assistência com vários apupos, no qual até a sra. presidente e bem chamou a atenção para se calarem de forma a que eu pudesse continuar a minha intervenção, e isso não consta da ata e faço questão que conste: “que fui interrompido com apupos de quem estava a assistir e que a Sra. Presidente da Assembleia Municipal viu-se obrigada a pedir silêncio para que eu pudesse continuar a intervenção”. -----

---- De seguida a Sra. Presidente da Assembleia Municipal colocou à aprovação o texto final da ata n.º 7/2025, de 25/10/2025, tendo a mesma também sido aprovada por maioria de 35 votos a favor e 2 abstenções dos membros João Marcelo Marques e Herculano Raposo. -----

1 - PROPOSTA N.º 36/CM/2025 - FIXAÇÃO DA TAXA DO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, RESPEITANTE AO ANO DE 2025, A COBRAR EM 2026: -----

---- Presente ofício número 5738 da Câmara Municipal de Torres Vedras de 16/12/2025, a informar que a câmara, em sua reunião desta mesma data, deliberou, por maioria, propor a este órgão deliberativo o seguinte: que a taxa do IMI respeitante ao ano de 2025, a aplicar em 2026, seja fixada em 0,35% para os prédios urbanos; que seja fixada uma redução de 20% da taxa do IMI aos prédios

urbanos arrendados localizados nas áreas territoriais correspondentes às freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matacães, Silveira, A-dos-Cunhados e Maceira, cumulativa com os benefícios fiscais já aplicados às operações de reabilitação urbana e que seja dada continuidade à redução do IMI atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, ou seja, 1 dependente a cargo – € 30,00; 2 dependentes a cargo – € 70,00 e 3 ou mais dependentes a cargo – € 140,00. -----

---- **O presidente da câmara**, disse que faria uma intervenção englobando os pontos 1 a 4, uma vez há um pensamento conjunto, relativamente à receita que se vai auferir destas taxas sendo importante essa apresentação, podendo a votação ser em separado, exatamente como aconteceu na Câmara Municipal, o que teve a devida anuência.-----

---- Assim, começou por dar nota que a taxa máxima de IMI pode ser fixada até 0, 45%, e o Executivo aprovou 0,35%. Esta taxa, a ultima vez que alterada, foi em 2021 quando passou de 0, 40% para 0,35%. Quanto à receita tem havido crescimento e perspectiva-se que em 2025 volte a subir. -----

---- Sobre o IRS, referiu que também a taxa foi reduzida em 2022 de 5% para 3,75%, sendo a proposta aprovada manter o valor de 3,75%, sabendo que a taxa máxima é de 5%, e que a receita da Câmara Municipal, tem aumentado, mas sendo expectável que em 2026, exista uma ligeira diminuição.-----

---- Prosseguiu indicando que na derrama há, de facto, alteração quando se compara com a anterior, que foi fixada em 1,5% sobre o lucro tributável e a derrama foi sempre subindo. Obviamente que é um valor de receita que varia conforme o que acontece no universo empresarial, mas a proposta aprovada pelo Executivo visa aliviar um pouco esta pressão sobre as empresas e baixar meio ponto percentual e lançar a derrama de 1% sobre o lucro tributável, sabendo que a taxa máxima é 1,5%, bem como manter a taxa reduzida de derrama de 001% (volume de negócios que não ultrapasse os €150.000,00). -----

---- A taxa municipal dos direitos de passagem, não tem relevância, e propõe a fixação da taxa máxima permitida por lei que é de 0, 25%. -----

---- O *deputado municipal Vale Paulos* disse que, em nome do grupo Municipal do PS, vinha apresentar uma **proposta**, de redução relativamente à proposta do executivo e que se transcreve na integra:-----

---- “Considerando que, "O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis estabelece que a taxa do IMI aplicável aos prédios urbanos deve ser fixada anualmente pela Assembleia Municipal entre 0,30 e 0,45%. -----

---- No município de Torres Vedras, a taxa urbana de IMI aplicada em 2025 (respeitante ao ano de 2024), foi de 0,35%, tendo sido aplicada a redução por dependentes, prevista no artigo 112.º B do

CIMI.-----

----- Desde 2016 a taxa de 0,40% se manteve até 2021 em que a taxa teve uma descida acentuada para 0,35%, mantendo-se inalterada desde então, bem como, com receitas semelhantes. -----

----- A receita cobrada de janeiro a setembro de 2025 foi de € 8.809.458,93, correspondente a uma execução de 70,32% do orçamento inicial no final de setembro e uma evolução. Através da análise dos elementos fornecidos, a receita cobrada no final do ano de 2025, deverá ser cerca de € 13.321.250,00 à semelhança da receita arrecadada em 2020 altura em que a taxa foi reduzida de 0,40% para 0,35% em 2021, sendo de elevada justiça, em benefício das famílias torrienses, que no presente se estabeleça uma redução da taxa do IMI, mesmo que ligeira, sem por em causa as contas do município, num ano em que a maioria dos municípios do País e do Distrito de Lisboa já praticam a taxa mínima de 0,30%. -----

----- Considerando que foi deliberada a redução de 20% da taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos arrendados localizados nas áreas territoriais correspondentes a um conjunto de Freguesias e à União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira, porém, aquando da elaboração da proposta do Executivo não foi tido em conta a desagregação das Freguesias, achamos que a referida redução da taxa deve ser aplicada às novas Freguesias de A-dos-Cunhados, da Maceira, de Dois Portos e de Runa, devido à desagregação entretanto efetuada. -----

----- O histórico diz-nos que quando se regista uma evolução das receitas arrecadadas justifica-se, justamente, uma redução da taxa a definir, assim sendo, propõe-se: -----

----- 1.A redução da taxa do IMI para o ano de 2025, a cobrar em 2026, para 0,34%, como elevada medida de justiça em benefício das famílias torrienses;-----

----- 2.A redução de 20% da taxa de IMI aplicável aos prédios urbanos arrendados localizados nas áreas territoriais correspondentes às freguesias aludidas na proposta do executivo e alargadas às novas freguesias alvo da desagregação, designadamente, A-dos-Cunhados, Maceira, Dois Portos e Runa. -----

----- Nota: A proposta 2, deve ser votada em separado visto tratar-se de uma correção à proposta do executivo. -----

----- Torres Vedras, 23 de dezembro de 2025.” -----

----- O *deputado municipal Carlos Filipe*, confessou que o Chega ficou surpreendido com a não redução do IMI, pois pensavam que este novo executivo torriense iria dar uma pequena prenda de natal, mas tal não aconteceu e lamentam esta falta de atenção para com os eleitores que originaram esta nova maioria na Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

----- Vão esperar que no próximo orçamento esta falha seja reparada e o Chega associa-se à proposta do Partido Socialista votando a favor da mesma. -----

----- A *deputada municipal Dina Almeida*, declarou que o Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras

iria votar favoravelmente as propostas aprovadas pelo Executivo Municipal. -----
---- Declarou ainda que as mesmas continuam em linha das que tinham sido apresentado nos últimos anos e no seguimento das palavras do presidente de Câmara, para este grupo municipal também fazem todo o sentido, pelo que não entendem a proposta do PS de redução de 0,35% para 0,34%, e que embora sendo certo que é um sinal positivo para as famílias, não é assim tão significativo ao ponto de porem em causa o orçamento para 2026 que consta do ponto 5 da ordem de trabalhos desta sessão. -----
---- Por último disse que a proposta do Executivo parece perfeitamente equilibrada, e que, com o trabalho que se espera que este executivo faça ao longo deste mandato, possam vir a dar mais algum benefício às famílias do concelho. -----
---- O **presidente da Câmara** usou da palavra para esclarecer que se optassem por fixar as taxas máximas nestes impostos que estão a discutir, a derrama 1,5%, o IMI 0,45%, e o IRS a 5%, a câmara tinha uma receita acrescida de 6,5 milhões de euros. Em causa está que, ao baixarem o IMI de 0,45% para 0,35%, a câmara está a deixar de arrecadar perto de 4 milhões de euros. -----
---- Ao baixar o IRS 5% para 3,75% não vão arrecadar 1,4 milhões de euros, e com estes dois impostos já estão a beneficiar as famílias e relativamente à derrama de 1,4 milhões de euros. Assim indicou que a proposta do PS de reduzir 0,01%, representa uma perda de receita de cerca de € 400.000,00 euros para autarquia, e instou a Assembleia Municipal a fazer as contas do que representa para as famílias 0,01% sobre o valor patrimonial. -----
---- Não se registando mais intervenções, a presidente da Mesa disse que passariam à votação das propostas apresentadas, cujo resultado foi o seguinte:-----
---- Proposta da Câmara Municipal, 22 votos a favor (Unidos por Torres Vedras), 16 votos contra (contra do PS e PCP) e 4 abstenções (Chega);-----
---- Proposta do Grupo Municipal do PS, 22 votos contra (Unidos por Torres Vedras) e 20 votos a favor (PS, Chega e PCP).-----
---- A Assembleia Municipal tendo presente a sua competência prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria, de 22 votos a favor, 16 votos contra e 4 abstenções fixar a taxa do IMI em 0,35% para os prédios urbanos, respeitante ao ano de 2025 (a aplicar em 2026), a redução de 20% da taxa do IMI aos prédios urbanos arrendados localizados nas áreas territoriais correspondentes à Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, à Freguesia de Silveira, à Freguesia de A-dos-Cunhados e à Freguesia da Maceira, cumulativa com os benefícios fiscais já aplicados às operações de reabilitação urbana e ainda a redução da taxa do IMI, atendendo ao número de dependentes a cargo, assim: 1 dependente – € 30,00; 2 dependentes – € 70,00 e; 3 ou mais dependentes – € 140,00.-----
2 - PROPOSTA N.º 37/CM/2025 - FIXAÇÃO DA TAXA VARIÁVEL NO IRS, RESPEITANTE AOS

RENDIMENTOS DE 2025, A ARRECADAR EM 2027, A QUE OS MUNICÍPIOS TÊM DIREITO EM CADA ANO:-----

----- Presente ofício número 5734, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/12/2025, a informar que a câmara, em sua reunião de 16/12/2025, deliberou, por maioria, propor a este órgão deliberativo aplicar a taxa variável no IRS, respeitante aos rendimentos de 2025, (a arrecadar em 2027), a que os municípios têm direito em cada ano, em 3,75%.-----

----- Uma vez que o edil já tinha feito a apresentação da taxa em causa, **a presidente da Mesa** deu de imediato a palavra ao plenário, para se pronunciar e informou que, no caso de serem apresentadas mais proposta de alteração, as mesmas seriam votadas em alternativa, o que teve a anuência de todos os presentes.-----

----- O deputado municipal **Artur Narciso** apresentou, em nome do grupo municipal do PS a seguinte **proposta** que se transcreve na íntegra:-----

----- “Vimos hoje aqui apresentar uma proposta com um objetivo muito claro, numa altura em que as nossas famílias enfrentam desafios económicos crescentes, impulsionados, entre outros fatores, por impostos como os sobre os combustíveis que tiveram um aumento em novembro.-----

----- A nossa proposta é clara e diretamente focada no bem-estar dos nossos munícipes. A taxa de participação no IRS, relativa aos rendimentos de 2025, está atualmente fixada em 3,75%. A nossa intenção é reduzi-la para 3,50%, tendo em atenção ao atual cenário Macroeconómico.-----

----- Para as famílias de Torres Vedras, esta descida significa um benefício direto e tangível. Estamos a falar de mais rendimento disponível no bolso, mais capacidade para fazer face ao custo de vida e um apoio real para as despesas do dia a dia. É um passo crucial para aliviar a carga fiscal que tanto pesa nos orçamentos familiares.-----

----- E o mais importante, uma possível alteração da taxa do IRS não terá influência no orçamento proposto para o ano de 2026.-----

----- A receita para 2026 será de € 4.086.609,00 e com 3,50% será de menos € 272.440,60.-----

----- Estou certo que ninguém vai negar este apoio aos Torrienses fazendo contraponto ao aumento de Impostos por parte do Governo Central. Peço, por isso, o vosso voto favorável a esta medida de responsabilidade e solidariedade para com todos os torrienses.-----

----- Grupo Municipal do PS.”-----

----- Pediu para usar da palavra o *deputado municipal Carlos Miguel* confessando que ficou bastante agradado quando assistiu ao programa da coligação liderada pelo PSD, no qual se disse Torres Vedras não podia se comparar com os municípios do Oeste, mas comparar com Cascais e Oeiras.

----- Continuou dizendo que por isso era bom que vissem o que é que acontece em Cascais e Oeiras, que aplicam a taxa máxima de IMI e a taxa máxima de IRS, e não as mínimas, porém e esta é uma recomendação que deixa que considera importante, ambos os municípios têm um regulamento de

benefícios fiscais, ou seja embora apliquem taxas máximas, depois fazem reduções seletivas, não a toda a população geral, mas àqueles que têm mais necessidades e maiores carências, sendo, uma forma “inteligente” de fazer política fiscal e esse deve ser o caminho do Município de Torres Vedras, agora o caminho de beneficiar uns em prejuízo de outros, ou beneficiarem todos, tendo todos por iguais, quando sabem que as famílias nem todas têm os mesmos rendimentos, não é um caminho de justiça. -----

----- Reforçou que o PS defende as empresas, mas também defende as famílias e propõem redução num lado e noutro e não só num lado. -----

----- Relativamente a este ponto e no seguimento da sua primeira intervenção, a *deputada municipal Dina Almeida* disse que não podia deixar de concordar com o que disse o deputado Carlos Miguel, no entanto, lembrou que o Executivo Municipal não consegue fazer um regulamento de benefícios fiscais, que até poderia já ter sido feito nos últimos, 10 ou 15, 20 para não dizer, 49 anos, ou seja, tudo a seu tempo, pois o que interessa é e será sempre beneficiar as famílias, e promover o investimento das empresas no território torriense, criando mais postos de trabalho, mas tudo a seu tempo e com tempo. -----

----- Não se registando mais intervenções, a presidente da Mesa submeteu à votação a proposta aprovada pela Câmara Municipal: -----

----- Tendo presente a sua competência prevista na alínea b), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 26 votos a favor, e 16 votos contra, fixar, a taxa variável no IRS em 3,75%, respeitante aos rendimentos de 2025, (a cobrar em 2027).-----

----- Face ao resultado, a proposta do PS não teve aprovação. -----

----- Anota-se que votaram a favor os deputados municipais do Unidos por Torres Vedras e do Chega e contra do PS e do PCP. -----

3 - PROPOSTA N.º 38/CM/2025 - AUTORIZAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL, PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, APURADA NO ANO DE 2025, A RECEBER PELO MUNICÍPIO EM 2026, SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS:-----

----- Presente ofício número 5735 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/12/2025, a informar que em sua reunião de 16/12/2025, o executivo deliberou, por unanimidade, propor a este órgão deliberativo o lançamento de uma derrama, de 1 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, apurado no ano de 2025 (a receber pelo município em 2026), bem como a fixação da taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00. -----

----- A *deputada municipal Vanda Silva* questionou se este ano também existe a taxa reduzida para

empresas, com faturação até € 150.000,00.-----

---- O **presidente da Câmara**, esclareceu que seria fixada uma taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00, porque o regulamento de taxas do município não permite a isenção, mas quando alterarem, poderão isentar, caso entendam. -----

---- O *deputado municipal* **Carlos Miguel**, manifestou em nome do PS o seu voto a favor da proposta em discussão e, com isso, um benefício direto às empresas, lamentando profundamente que a Câmara Municipal não tenha corroborado nas ideias do PS em também diminuir o esforço fiscal às famílias torrienses, mas essa é a vontade do executivo, não beneficiar as famílias, beneficiando somente as empresas e concordam com uma parte, mas não concordam com a segunda, e lamentam porque têm margem no orçamento, para poder beneficiar uns e outros, e não só as empresas. -----

---- Nesta sequência o **presidente da Câmara** pediu a palavra para recordar que todos os anos a Câmara e a Assembleia podem fazer propostas para fixar a taxa máxima, e não é isso que está a acontecer, portanto, a taxa de IMI podia ser de 0,45% e a câmara propõe de 0,35%, assim como o IRS podia ser uma taxa de 5% e a câmara propôs 3,75 % que vem na continuidade das propostas do PS, dos últimos anos. -----

---- O *deputado municipal* **Jorge Santos** atendendo à última intervenção, do seu colega Carlos Miguel, e uma vez que não se circunscreveu apenas e só à derrama, disse que iria fazer uma reanálise da fixação da taxa variável de IRS achando importante dizer-se quais são os fundamentos a favor de uma taxa mais elevada. -----

---- Nesse propósito, lembrou que esta participação variável no IRS, é um imposto nacional, e pode chegar a 5%, em que os defensores da taxa mais alta, aqueles que variam entre os 4% e os 5% argumentam que esses recursos reforçam o orçamento local sem impactar diretamente no rendimento disponível no ano corrente. Os fundamentos políticos, seriam, maior IRS municipal aumenta a autonomia financeira, fundamental à redução transferências da administração central, como tem vindo a ocorrer, e os fundamentos económicos podem atender a esta circunstância, com mais verba do IRS, permite-se financiar-se serviços públicos de saúde local, de segurança, apoio social, equilibrando a receita tributária municipal, conforme o relatório da Comissão de Finanças Públicas do Comité Consultivo de Finanças Públicas. -----

---- Relatou ainda que em 2024 os impostos locais, cresceram apenas 2%, o IMI ficou estável, a derrama mais 14,4%, conforme a orientação do Conselho de Finanças Públicas, de modo que, aumentar a taxa de IRS pode compensar esta fraca dinâmica dos impostos próprios. -----

---- Do carácter social poderiam aduzir que estes meses de retorno de IRS já beneficiaram efetivamente milhares de famílias locais, manter uma participação relativamente alta, perto do limite

legal, e é visto por alguns municípios como contribuição dos munícipes para investimentos na comunidade.-----

---- Quantos aos fundamentos de ordem jurídica, especificou que a Lei n.º 73/2013, no seu artigo, 26.º permite que cada município fixe esta taxa até 5%. Torres Vedras aprovou 3,75% para aplicar em 2024 e em 2025, e este valor ora proposto mantém-se dentro desta linha e a seu tempo, conforme já foi dito, o tal regulamento relativo a benefícios fiscais e outros será atendido e será obviamente levado em linha de conta e poderão aduzir alguma coisa de novo face aos 49 anos de regência do Partido Socialista.-----

---- A derrama municipal, é um imposto sobre o lucro tributado das empresas sujeitas a IRS, a cobrar pelas câmaras no âmbito do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, incide sobre o sujeito não isento de IRS das empresas que exerçam no concelho atividade comercial/industrial ou agrícola e segundo o regime financeiro das autarquias locais, a derrama só pode ser lançada até 1,5% do lucro tributável das empresas, e deve como está a acontecer, ser deliberada anualmente pela Assembleia Municipal.-----

---- Explicou ainda que cada município fixará a sua própria taxa até 1,5%, e aplica-se proporcionalmente ao volume de negócios realizado no seu território para empresas, e isto depois terá alguma dificuldade acrescida para empresas, que tenham estabelecimentos em múltiplos concelhos. Empresas com taxa reduzida, aquelas que estão abaixo de € 150.000,00 podem ter uma taxa simbólica e Torres Vedras propõe uma aplicação de 0,01% para estes pequenos sujeitos passivos.-----

---- No que se refere às regras de aplicação e cobrança, salientou que a decisão de lançar esta derrama integra a proposta orçamental municipal e é cobrada em conjunto com o IRC das Finanças conforme determinação do município e comunicada às empresas no calculo do imposto. O montante recolhido reveste-se como receita do município e o pagamento obedece às mesmas obrigações declarativas e prazos do IRC normal, portanto o calculo seguirá critérios de localização do rendimento e a autoridade tributário definirá a parte de cada município, quando há estabelecimentos mútuos, daí que e por via desta circunstância, qualquer alteração na taxa deve ser aprovada na reunião pública até 31 de dezembro do ano anterior, daí a necessidade de reunir a assembleia municipal nesta data.-----

---- Explicou ainda que o limite legal é de 1,5% ainda que haja muitos municípios, como é o caso de Torres Vedras, que usam o valor máximo para aumentar as receitas. Torres Vedras praticou 1,5% com empresas com lucros acima de € 150.000,00 euros e de 0,01% para lucros menores.-----

---- Por último deu nota dos seguintes fundamentos a favor da medida:-----

---- Políticos - a derrama é vista como um tributo princípio da reciprocidade, pois, as empresas beneficiam de infraestruturas municipais, vias, segurança, serviços de apoio e podem contribuir,

modestamente, com parte dos seus lucros. -----

----- Económicos - esta receita extra fortalece o orçamento sem aumentar impostos diretos sobre o consumidor nem alargar a carga às pequenas famílias, não penaliza, micro nem pequenas empresas, e incide essencialmente sobre empresas com capacidade económica e lucro significativo.

----- Social - reforçar a derrama, contribui para políticas locais, apoio à criação de emprego, a capacitação profissional e inovação que beneficiam a comunidade empresarial e o conjunto dos municípios e ao mesmo tempo é menos visível no consumo final pois incide diretamente sobre a esfera patrimonial. -----

----- Por sua vez o deputado municipal **Rui Prudêncio** aludiu a uma intervenção anterior do edil, em que proferiu uma frase interessante quanto às “mudanças” para lembrar que em 19/12/2023 o PSD apresentou uma proposta para o IML em prédios urbanos de 0,3% para estas mesmas taxas em que o PS apresentou estes valores.-----

----- Um ano depois em 18/12/2024, o mesmo PSD diz que vota contra as mesmas propostas.

----- Salientou que não estão a baixar as taxas, porque se esta Assembleia Municipal não se pronunciar sobre elas, o que diz a lei é que seriam as taxas mínimas, portanto, o que estão a fazer é evitar que a taxa seja máxima, e, de facto, como aqui já foi referido, tendo a Câmara Municipal orçamento mais alto de sempre, o mesmo argumento que foi utilizado em 2024, também na discussão do orçamento, em que se propunha a descida para 0,3% e, de facto, havendo esta margem, o PS entende que existe margem, que deveria ser aplicada e for aplicada apenas a uma das partes da equação, é profundamente injusto socialmente, porque, de facto, se as empresas são importantes, também defendem as pessoas e, portanto, por isso, propuseram, mais que não seja um pequeno sinal de que as pessoas também contam nesta equação e o PS estará sempre do lado das pessoas. -----

----- Pediu novamente a palavra o **presidente da Câmara** para questionar o deputado qual foi a taxa da proposta do UTV nessa mesma assembleia, e votaram ao lado quem, se falam em coerência. -

----- O *deputado municipal Rui Prudência* disse desconhecer porque a coligação é PSD/CDS/Volt, e o Movimento Cívico Unidos por Torres Vedras não existe neste mandato. -----

----- O **edil** apelou que o deputado de deixasse de demagogia.-----

----- Em resposta o *deputado municipal Rui Prudêncio* disse não ser demagogia, lembrando que a coligação é PSD/CDS/Volt, é isso que estava nos boletins de voto, é isso que foi votado e são esses os elementos que estão nesta Assembleia Municipal e, portanto, a posição do PSD é aquela que conta, contará outra quando existirem outras forças nesta Assembleia, que não existem agora. ----

----- O **presidente da Câmara** esclareceu que em 2023 e 2024 a posição do Movimento Cívico Unidos por Torres Vedras foi aprovar as taxas exatamente como estão agora, quem baixou foi de facto o PSD e o boletim de voto, dizia Unidos por Torres Vedras e teve 21 mil votos. -----

----- Concluídas as intervenções, a presidente da Mesa submeteu á votação a taxa em discussão:-
----- A Assembleia Municipal ao abrigo da sua competência da prevista na alínea d), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por unanimidade, autorizar, o lançamento de uma derrama, de 1,00% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, apurado no ano de 2025 (a receber em 2026) bem como a fixação da taxa reduzida de 0,01% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os € 150.000,00. -----

4 - PROPOSTA N.º 39/CM/2025 - FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2026, PREVISTA NA LEI DAS COMUNICAÇÕES ELETRÓNICAS:

----- Presente ofício número 5732, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/12/2025 a informar que câmara municipal em sua reunião de 16/12/2025, deliberou, por unanimidade, propor a este órgão deliberativo a fixação da taxa a aplicar sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município, em 0,25% a aplicar em 2026. -----

----- Em resposta à ultima intervenção do deputado municipal Rui Prudêncio pediu para usar da palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, desde logo para dizer que não valia a pena tentarem ser ilusionistas, pois em 2024 o PSD não apresentou na assembleia qualquer tipo de proposta alternativa, pois achou que não o deveria fazer. No entanto, defende que todos estes impostos interessam quer às empresas, quer aos cidadãos, para que paguem o menos possível, pois como é obvio ninguém quer pagar impostos, seja na vertente familiar seja na vertente empresarial, sendo certo que depois a realidade é diferente. -----

----- Disse ainda “chega”, “basta”, e que não valia a pena tentarem, a coligação está completamente confortável, é Unidos por Torres Vedras. Lembrou que o líder de bancada do PS tentou legalmente, e até foi pedido parecer jurídico para dividir o grupo. Acrescentou “não vale a pena” e “esqueçam isso”. “Estamos bem e estamos todos Unidos por Torres Vedras e assim ficará até ao final deste mandato. Aprendam.” -----

----- Quanto à taxa em análise o *deputado municipal Artur Narciso* interveio no sentido de indicar que PS vota a favor, até porque acreditam que poderá ser uma forma de ajudar a autarquia a impedir que haja alguma distribuição de cabos e de outros formatos de forma menos precisa. -----

----- Interveio também a *deputada municipal Dina Almeida*, para assinalar o voto favorável do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras. -----

----- Concordando com a anterior intervenção, ressaltou o facto de ser um valor pouco significativo, no orçamento, que se calhar até deveria ser mais, para conseguirem colocar alguma ordem na colocação e remoção dos cabos, e se poder fazer mais ordenamento nalgumas fachadas de edifícios na cidade, que têm montes de fios pendurados e também caixas com tampas abertas, etc. -----

----- Ainda sobre esta questão, pediu a palavra o *presidente de junta de freguesia da Freiria, Vasco Forcada*, que falando por experiência própria, deu nota que na freguesia que preside, existe um arraial de fios por todo o lado e pensa que deveria ser aplicada uma taxa sobrecarregada e também reforçar a fiscalização, para tentar acabar com estes abusos.-----

----- Não se registando mais intervenções, passou-se de imediato à votação: -----

----- A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por unanimidade fixar, a taxa de 0,25% a aplicar em 2026 sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município. -----

5 - PROPOSTA N.º 40/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2026 DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL: -----

----- Presente ofício número 5737 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/12/2025 a remeter a proposta dos documentos em título, aprovada, por maioria, pelo executivo na sua reunião extraordinária realizada nesta mesma data.-----

----- A **presidente da mesa** como nota prévia informou que a CPL reuniu com os responsáveis das áreas financeira e também da educação, que procederam a alguns esclarecimentos mais técnicos, e que de seguida daria a palavra ao edil para fazer uma breve introdução.-----

----- Informou ainda que foi decidido fazer a discussão conjunta dos pontos 5 e 6 para dar mais flexibilidade às intervenções, apesar de votações separadas, metodologia que colocou à consideração do plenário, tendo tido a anuência de todos os presentes.-----

----- O **presidente da Câmara** começou por indicar que orçamento da Câmara Municipal é de cerca de 116 milhões de euros e dos SMAS cerca de 25 milhões de euros, e que a elaboração de orçamentos desta grandeza e de planeamento deve ser iniciada em setembro, e este ano, e como é do conhecimento geral, houve eleições em outubro e tomaram posse no final deste mesmo mês.

----- Acrescentou que para a feitura do documento em análise, solicitaram aos serviços que lançassem todos os compromissos que vinham de 2025, e todo o custo necessário para a gestão corrente da câmara municipal, para poderem avaliar a parte sobrança e poderem colocar alguns investimentos do programa da coligação, em consonância com o que querem para concelho, e nestes 116 milhões de euros sobram 200 mil euros. Explicou ainda que como este novo executivo espera alterar a orgânica entre fevereiro e abril, e como sabem que iriam ter um saldo de gerência estimado em cerca de 10 milhões de euros para a câmara, para os talvez SMAS um pouco menos, combinou com os serviços, em fevereiro ou em abril, consoante aquilo que conseguirem fazer a nível de orgânica, mas partindo do pressuposto que em fevereiro pelo menos, têm o saldo de

gerência para aplicar, fariam aplicações, de ideias e de projetos que têm para o concelho, porque partiram do pressuposto, que todo o custo da gestão 2026 está transitada neste orçamento, que vai ser um orçamento real de todos os custos que existem atualmente para 2026. -----

----- Assinalou que foi nesta lavra que as equipas técnicas elaboraram o orçamento quer da câmara, quer dos SMAS, portanto, foi apenas de transição de valores, de compromissos e ficaram com muito pouca margem, e em fevereiro a assembleia municipal será confrontada com uma grande revisão a estes dois documentos.-----

----- A *deputada municipal Tânia Mourato*, desde logo assinalou que 58 dias após a tomada de posse dos órgãos municipais, estão a discutir aquelas que serão as opções do plano e a proposta de orçamento para 2026, sendo a este propósito, que irá tecer algumas considerações em nome do Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras.-----

----- A primeira para realçar que, apesar de este ser um orçamento de transição, tal como referido pelo senhor presidente, só é possível com um esforço acrescido, não só do novo executivo, mas das equipas técnicas a quem compete elaborar estes documentos previsionais. Todos sabem que o exercício orçamental é complexo, moroso, e ainda mais num ano em que o contexto político se alterou e, por isso, surgem novas orientações e novas dinâmicas e só é possível nesta data estarem a discutir estes sistemas, não só pelo empenho do senhor presidente e vereadores, mas das equipas que acompanham estes temas. -----

----- Assim e porque acreditam que este é o fórum adequado, gostariam de publicamente reconhecer o empenho e profissionalismo, dos recursos humanos afetos a estes trabalhos, que permitiram a elaboração dos documentos, neste curto espaço de tempo, e a eles registar um agradecimento. ---

----- Na segunda nota sobre o valor, realçou que o orçamento para 2026 ultrapassa os 100 milhões de euros, é o maior orçamento de sempre do município de Torres Vedras, mais concretamente, 115 milhões de euros, representando um aumento de cerca de 24 milhões de euros face ao ano anterior, ou seja, na ordem dos 27% o que exigirá muito foco na gestão municipal para garantir que não há desvios na sua execução.-----

----- Analisando o orçamento, fez notar que se verifica que o aumento das transferências, não é significativa no que se refere às transferências do Orçamento de Estado, e crescem apenas 1 milhão de euros, que é essencialmente proveniente de receitas de fundos comunitários, entre as quais a Variante de A-dos-Cunhados, a Escola de Saúde e as Unidades Locais de Saúde. -----

----- Considerando que estão a falar de investimentos estruturantes para o concelho, gostariam que o presidente pudesse também explanar um pouco qual é o ponto de situação a nível da execução dos mesmos. -----

----- A terceira nota é relativamente ao aumento das transferências financeiras para as juntas de freguesia, que cresceu cerca de 22%, passando de € 5.200.000,00 para cerca de € 6.400.000,00,

um aumento muito significativo, mas acreditam que este é o caminho que deve ser percorrido, um caminho de maior autonomia das juntas de freguesia, um caminho onde estas entidades têm os recursos necessários para uma verdadeira implementação do princípio da subsidiariedade, permitindo uma resposta mais célere e eficaz junto da população.-----

----- Ainda sobre este tema, muito lhes apraz verificar que todas as juntas de freguesia tiveram aumentos percentualmente idênticos, sem distinções. -----

----- Uma quarta nota, sobre a questão de este ser um orçamento de transição. Um orçamento de transição é tendencialmente um orçamento condicionador de atuação, mas no caso de 2026 é também um orçamento de compromissos, compromissos assumidos anteriormente, quer com fornecedores, quer na implementação de políticas públicas, que se pretendem honrar.-----

----- Fez notar que neste orçamento, as despesas de capital, têm uma previsão de 40 milhões de euros, verificando-se um forte investimento no concelho sem renegar o legado anterior. O investimento para 2026 é superior ao ano anterior em cerca de 16 milhões de euros nas despesas de capital, de 8 milhões de euros nas despesas correntes, mas é relativamente a estas despesas, e face aos números disponibilizados que se verificam aumentos significativos em algumas componentes e para as quais manifestam alguma estranheza, porque são tendencialmente valores relativamente estáveis e que não se apresentam como tal neste exercício orçamental.-----

----- Referiu-se concretamente ao consumo de água, iluminação pública, e encargos de cobrança, que somados aumentam € 1.300.000,00 de um ano para o outro. O consumo de água tinha uma previsão em 2025, de € 200.000,00 passando em 2006 para € 520.000,00, a iluminação pública, que consta do orçamento interior com um valor de € 215.000,00, nesta proposta para 2026, prevê € 800.000,00, assim como os encargos de cobrança que crescem também de € 215.000,00 para € 705.000,00. -----

----- Reafirmou que estes são números significativos em despesas correntes e o Unidos por Torres Vedras gostariam de questionar que condicionalismos se verificaram para justificar estes aumentos tão representativos.-----

----- Posto isto e atento o exposto nos diversos documentos que lhes foram distribuídos, estão certos que 2026 será muito trabalhoso, mas também muito profícuo para o município de Torres Vedras e para todos os torrienses. -----

----- A *deputada municipal Susana Neves*, quanto ao orçamento em análise, assinalou com alguma reserva, primeiramente, a falta de enquadramento nos objetivos de desenvolvimento sustentável. -

----- Disse ainda que estar habituada enquanto membro do PS, a visualizar o orçamento como um verdadeiro instrumento de transformação social, onde sempre lhe foi mais fácil, enquadrar as verbas públicas numa lógica de transparência orientando essas verbas diretamente a grandes opções do plano, como a erradicação da pobreza, saúde, educação de qualidade, trabalho e crescimento

económico, a ação climática, igualdade de géneros, cidade sustentável, entre outros objetivos de desenvolvimento sustentável que, aliás, até a própria ONU, assim os orienta desde 2015 e que tem como desafio atingir como metas até 2030, mas neste orçamento, não consegue visualizar esta clareza. -----

----- Reforçou que o Partido Socialista sempre primou num compromisso de elaborar um orçamento municipal humanista, participativo e sensível a direitos, onde as funções sociais, da ação social nas grandes opções do plano tiveram sempre uma majoração realista para atender aos problemas, aos projetos e a programas de intervenção social dos torrienses. Neste orçamento não o consegue observar, observa sim, um corte de 4%, praticamente menos de 73 mil euros de investimento, que lhe suscitou a dúvida, onde terá impacto este corte de 4%, que expõe ao edil. -----

----- Nesta sequência tem que questionar se será no programa de apoio ao arrendamento e em caso afirmativo quantas famílias deixarão de ser apoiadas em 2026, no programa de emergência alimentar, habitacional e social, ou no projeto de apoio à família e promoção da natalidade nascer e crescer em Torres Vedras, e também quantas famílias se prevê que deixarão de ser apoiadas em 2026, nesse caso. Questionou ainda como ficarão os apoios da ação social escolar, educação, infância, serviços de apoio à família, refeições, animação social e prolongamento dos horários. Como ficarão os planos municipais de igualdade e não discriminação e o próprio plano municipal para a integração de migrantes. Como ficarão os projetos com as instituições de solidariedade social relativos à prevenção na saúde, envelhecimento e longevidade ativa, e ainda como ficará a participação do município na comissão de proteção menores e do apoio à vítima, e o que está a pensado para a área dos cuidadores formais e informais do concelho, face ao envelhecimento que tanto assistem. -----

----- Por último referiu que numa época de grande reflexão, uma época natalícia, não podia terminar sem uma frase do padre João Soares veiculada no Observador a 17 do presente mês: “Os pobres não são um símbolo, são pessoas, não podemos continuar a administra-los como se fossem património, não basta alimentar a pobreza, é preciso retirar as pessoas dela.” É isto que pensa e para tal, necessitam de um orçamento humano onde é impensável que a área social sofra cortes e é isso que pede ao presidente da câmara. -----

----- Por sua vez a *deputada municipal Beatriz Pereira* fez notar que na campanha e posterior intervenção da coligação que hoje governa o município criaram expectativas muito claras junto dos jovens de Torres Vedras, tendo sido durante a campanha eleitoral assumido de forma inequívoca o compromisso de reforçar o apoio aos jovens, mas o apoio às bolsas de estudo mantém-se nos € 60.000,00, exatamente o mesmo valor, não tendo qualquer reforço. -----

----- Após a intervenção introdutória do presidente da Câmara, tinha que questionar se fará parte dos planos futuros o aumento deste valor, recordando que o montante foi crescendo de forma

gradual, inicialmente com o contributo de mecenato e mais tarde com o envolvimento claro da Câmara Municipal de Torres Vedras, o que permitiu alargar o seu alcance e o seu impacto. Os jovens Torres Vedras habituaram-se a um executivo que demonstrava preocupação real com o seu futuro, com a educação e com igualdade de oportunidades e foi essa linha de atuação que criou confiança e é essa mesma linha que exigem que se mantenha. -----

---- Bem sabe que este mandato se inicia agora, mas os jovens devem ser uma prioridade permanente da ação municipal desde o início, é por isso que apelam a este executivo para que cumpra os compromissos assumidos, reforce efetivamente o apoio às bolsas de estudo e mantenha os jovens no centro das políticas municipais. -----

---- A *deputada municipal* **Maria Leonor Malhado** iniciou a sua intervenção dizendo que todos sabem da importância dos trabalhadores da autarquia para um adequado e eficaz funcionamento da mesma, razão pela qual questões relacionadas com recursos humanos se revestem de grande relevância. -----

---- Assim e considerando que está previsto um aumento das despesas com pessoal de 7%, considerando o dever fiscalização da atividade do executivo da autarquia por parte da assembleia e com o objetivo de contribuir para a boa governança e transparência no processo de orçamentação da atividade da autarquia, o PS entende ser relevante, obter os seguintes esclarecimentos: -----

---- 1 - quais as justificações que suportam este aumento de 7%, presumindo que uma parte desse crescimento está diretamente relacionada com ajustes salariais e progressões na carreira; -----

---- 2 - que percentagem desse valor será estrutural, impactando assim os orçamentos futuros e que percentagem será conjuntural; -----

---- 3 - de que forma esse aumento impacta, o mapa de pessoal da autarquia e em que áreas.-----

---- 4 - atualmente, qual o número de trabalhadores da Câmara Municipal de Torres Vedras, na Promotorres e nos SMAS isto porque há cerca de um ano atrás, na reunião extraordinária do executivo da câmara, ocorrida a 24/11/2024 o atual presidente da câmara, então na qualidade de vereador, disse, referindo-se aos custos com pessoal “Não se põe em causa a descentralização de competências que fez com que se passasse de 2019 para 2020 de 715 trabalhadores para 1051, mas, neste momento, estão 1258 lugares ocupados e que se está a propor no quadro de pessoal que é apresentado, embora tenha sido feito um *reset* se a câmara eventualmente abrir todos os concursos, ficariam perto de 1500 trabalhadores, pelo que a senhora Presidente tem de pôr mão nisto pois é completamente impensável.” -----

---- Concluindo disse que, na proposta de orçamento para 2025, na rubrica recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, estava considerado o valor de € 320.678,00 e na proposta em discussão, para a mesma rubrica está considerado um valor de € 555.552,00, ou seja, estão perante um acréscimo de € 234.874,00, ou seja, superior a 57% inquirindo como se justifica esta diferença.

----- No uso da palavra o *deputado municipal Carlos Miguel* começou por lembrar o presidente da câmara e os colegas que o orçamento em análise é apresentado nesta data por vontade livre e legítima do executivo, uma vez que legalmente podia ser apresentado até aos finais de abril e por isso não se podem queixar da falta de tempo, para alterar isto ou aquilo, porque a lei permitia esse tempo, até final de abril. -----

----- Deixou de seguida uma segunda lembrança que é ampla, pois alarga-se a todos os municípios, porque estão a ser prejudicados com isso, ou seja, que o contrato de concessão de eletricidade pública com a EDP findou já há alguns anos e o governo e a AMNP não criaram condições para que haja um novo contrato de concessão pública e com este novo contrato, não estarem a ser prejudicados como estão a ser com uma tarifa inaceitável, no seu entendimento. -----

----- Depois e como reparo, salientou o facto de este orçamento não ter qualquer nota introdutória do edil, embora tenha, no início da discussão introduzido verbalmente o ponto em análise, mas é boa prática, para não dizer que é costume, os orçamentos virem com essa nota introdutória, para que os deputados municipais ao lerem os números possam ultrapassar algumas das questões que são colocadas em plenário, caso nessa nota introdutória existisse. -----

----- Referente ao orçamento disse que tinha duas questões:-----

----- A primeira, talvez por lapso seu, não encontrou qualquer verba que diga respeito à auditoria que o presidente da câmara, e bem, quer fazer e que o Partido Socialista apoia que se realize. Certamente que vão ser informados que está incluída numa rubrica genérica, mas dada a sua importância política, entendem que devia ter uma rubrica própria. -----

----- A segunda questão, tem também a ver com a presidente da Assembleia Municipal, uma vez que pelas contas que fizeram as verbas destinadas à Assembleia Municipal, são insuficientes para o seu funcionamento tendo em conta não só as sessões, mas também as comissões especializadas, e o apoio técnico que vai ser necessário para as mesmas, uma vez que a Marília sendo incedível, não conseguirá ir a todas as reuniões e a todas as comissões. -----

----- Abordando questões de pessoal, a *deputada municipal Vanda Silva*, solicitou alguns esclarecimentos, mais concretamente referente aos lugares classificados como cativos no mapa de pessoal da câmara, ou seja, se são postos que não carecem de recrutamento imediato, se são pessoas que estão em comissão de serviço, e estão a falar de 121 postos sem qualquer legenda no mapa de pessoal que explique. -----

----- Em relação à rubrica “recrutamento”, que para novos postos de trabalho é apresentada de uma forma global sem discriminação dos serviços, o que impede a avaliação das reais previsões disponíveis para cada departamento nesse classificador económico e compromete a transparência orçamental, o mapa de pessoal só identifica números, e não explica a real necessidade do recrutamento previsto. -----

----- O Grupo Municipal do Chega considera mais grave ainda, que o aumento de recrutamento surja acompanhado por um crescimento simultâneo das despesas com horas extraordinárias, opção que revela uma clara incoerência na gestão dos recursos humanos, e o reforço de pessoal deveria traduzir uma melhor organização dos serviços, numa redução de recursos ao trabalho suplementar, o que não se verifica.-----

----- O *deputado municipal Hugo Lucas*, antes de falar no orçamento quis deixar registado um agradecimento aos técnicos da câmara municipal, associando-se à colega Tânia Mourato. Disse que teve oportunidade de trabalhar com equipas das diferentes divisões, tendo verificado pessoalmente o esforço que colocam, na elaboração dos orçamentos, sejam da Câmara Municipal, sejam dos SMAS e merecem este reconhecimento da parte da Assembleia Municipal. -----

----- Disse ser verdade que o edil fez no plenário uma nota introdutória, mas na linha do que o seu colega Carlos Miguel disse, algumas das questões que tem, aparecem por ausência de uma nota introdutória no orçamento em análise, e também sendo verdade que o seu enquadramento global segue linhas de política que o Partido Socialista sempre defendeu, situação que não causou estranheza ao Grupo Municipal do PS, ainda mais sendo este um orçamento de transição, mas também é verdade que os valores associados a algumas áreas essenciais para o dia a dia dos torrienses são insuficientes, e diminuíram significativamente. -----

----- Deu como exemplo, as pavimentações que têm um valor claramente insuficiente para a dimensão da rede viária, instando ao presidente da Câmara, aumentar significativamente esses valores com o saldo de gerência pois sem esse valor, não é possível fazer um trabalho sério na rede viária. -----

----- Por outro lado, o orçamento dos SMAS em discussão não aborda sequer a concretização de compromissos assumidos pelo presidente da Câmara perante os torrienses, sendo exemplo disso os resíduos sólidos urbanos, cujo custo e gestão sempre criticou de forma muito clara, mas, no entanto, o que encontram é apenas um investimento de cerca de € 165.000,00 em contentores, não vêm uma estratégia, não vêm medidas estruturais, não vêm uma resposta à situação que tanto criticou no passado. -----

----- Anotou ainda que chegou a ter alguma expectativa, quando percebeu que 2,4 milhões de euros colocados pela câmara municipal nos SMAS, que habitualmente são devolvidos à câmara municipal, através do saldo de gerência dos SMAS e que permitem avançar com investimentos, não vão ser devolvidos, mas do que resulta da leitura do orçamento, para além dos € 165.000 euros que já mencionou, é que não existe qualquer aposta para melhorar o serviço de recolha de resíduos sólidos urbanos, sendo este valor manifestamente insuficiente para as necessidades. -----

----- Declarou ainda que tendo sido esta uma opção do presidente da Câmara, retirando esse valor do orçamento da Câmara, e deixando-o nos SMAS não se compreende que os montantes previstos

para transferências para as juntas não sejam suficientes para cumprir os compromissos que foram assumidos. Não se refere a transferências referentes à descentralização, mas de outros compromissos assumidos com juntas de freguesia, ficando assim a interrogação de como e quando pretende o presidente regularizar esta diferença e cumprir esses compromissos. -----

----- O *deputado Municipal Rui Prudêncio* aproveitando a boleia do deputado Hugo Lucas, relativamente às lacunas que se encontram neste orçamento e que foram promessas ao longo de muitos anos e também nas últimas eleições autárquicas, disse que não encontram, e pode ser um lapso seu e estar em “gastos gerais”, os tais “incentivos aos médicos”, assim como também não encontrou referência ao pedido dos eleitos pelo Movimento Cívico Unidos por Torres Vedras que durante 4 anos, repetidamente diziam que o orçamento devia ser apresentado publicamente, mas na altura, a questão de estar aprovado ou não, não interessava questionando se o publicaram desta vez, nas afinal também parece que não. -----

----- A *deputada municipal Dina Almeida*, disse que esta não ia ser sua intervenção, que ia no seguimento da intervenção da deputada o Beatriz Pereira, mas como estavam a fazer leituras de atas, reportou-se à ata n.º 7, de 18/19 de dezembro de 2024, citando as palavras da presidente de câmara, da altura “é um orçamento na sequência daquilo que foi feito nos últimos anos, e nada mais do que isso e é exatamente o que vai acontecer, mas algumas coisas que provavelmente não vão conseguir fazê-las mas, neste momento, querem e acham que tem condições para as fazer”, palavras que tinham a ver com facto de ser aberta uma rubrica com €1,00 para a escola do Maxial e se dizer que não era só um euro que se iria gastar na escola, mas a rubrica tinha que ser aberta.

----- Com este enquadramento e no seguimento do que o presidente da Câmara disse na sua introdução, este é um orçamento feito no seguimento daquilo que já estava preparado, porque, obviamente, todos sabem que 2 meses não dá para fazer um orçamento e concordando com o que disse o deputado Carlos Miguel, realmente podia ter sido apresentada em abril, mas também sabem que trabalhar em duodécimos, não é o melhor e como disse igualmente o presidente de Câmara, o saldo de gerência irá muito provavelmente e com quase toda a certeza, fazer com que hajam alterações ao orçamento em análise. -----

----- Elencando a intervenção da colega Beatriz Pereira lembrou que há 4 anos atrás, o valor para as bolsas era de 8 mil euros, e subiram até aos 60 mil, muito por pressão do PSD e dos UTV na altura de separados, e mesmo assim na última deliberação queriam um valor superior, que não foi aprovado, portanto, obviamente que a aposta nos jovens é uma aposta que tem que ser feita, de uma forma muito forte sendo isso que sempre defenderam ao logo da campanha e está definido no programa eleitoral da coligação que foi eleita. Enquanto membros da Assembleia Municipal, têm que lembrar ao executivo, que é o caminho que tem que ser feito. -----

----- A *deputada municipal Maria Leonor Malhado*, deu nota que esteve na génese do “Projeto +

futuro”, tendo inclusive feito a proposta à câmara municipal que abraçou de imediato e com a presidente da Câmara, Laura Rodrigues, encetaram contactos com várias empresas que se uniram a este projeto, que se iniciou efetivamente com € 8.000,00 no primeiro ano em que a câmara e os restantes colaboradores contribuíram com € 2.000,00. Durante os três primeiros anos teve a colaboração de empresas do concelho, mas a partir do terceiro ano, foi a câmara que decidiu suportar o projeto sempre no sentido de haver um aumento de ano para ano, o que fez. -----

----- Lembrou ainda quando se iniciou este projeto, o mesmo teve alguma resistência da oposição relativamente ao regulamento e à sua implementação. -----

----- O **presidente da Câmara** disse que iria repetir que as indicações que deram aos serviços foram para transitar todos os compromissos assumidos, a gestão normal do município e gastos correntes e de lhe dizerem o que sobrava. Ao saber que sobrava € 200.000,00, e que com este valor não consegue fazer nada, colocou-o na rubrica das freguesias. -----

----- Nesta sequência e sabendo também da previsão de haver um saldo de gerência aproximadamente de 10 milhões de euros, fará uma revisão, que virá à Assembleia Municipal em fevereiro, admitindo que nessa altura possam questionar as opções que vão propor, pois passará a ser o orçamento da Coligação Unidos Torres Vedras. Este que estão a analisar é um orçamento de transição, é um orçamento que o PS deixou, para o bem e para mal, e até há projetos em que se revêm. -----

----- Face às intervenções das deputadas Susana Neves e Beatriz Pereira, que certamente irão votar contra, esclareceu que os € 60.000,00 euros da juventude previstos, é o valor que transitou, ficou igual, e agora vão reforçar com o saldo de gerência de fevereiro, assim como descansou o deputado Carlos Miguel que a auditoria vai ser feita, e em fevereiro virá na revisão com um valor exato, que está a ser quantificado numa rubrica própria, para não haver dúvidas nenhuma. -----

----- Respondendo sobre as horas extras, informou que o valor que consta neste instrumento de gestão previsional foi uma estimativa exata e correta. -----

----- Respondendo também à deputada municipal Tânia Mourato, quanto e encargos de cobrança, de água e iluminação pública que somados aumentam € 1.300.000,00 de um ano para o outro esclareceu que o orçamento anterior não foi corretamente elaborado, ou seja, não foram colocados os custos reais, porque a despesa é maior que a receita e depois geralmente, vai-se começando a fazer cortes para acertar o orçamento, reforçando os valores quando se chega ao saldo de gerência. A opção deste Executivo foi no sentido contrário, ou seja, o orçamento de 116 milhões é o custo real de transição de tudo e depois vão usar o saldo de gerência, depois, para reforçar aquilo que pretendem fazer. -----

----- Explanou ainda que quiseram que fosse um orçamento real e estavam convencidos que o Partido Socialista iria assumir isso, até porque estes custos com pessoal, referidos pela deputada

vêm detrás, e lembrando que são 1304 funcionários que a câmara tem, mais 300 dos SMAS e mais 66 na Promotorres, estão a falar de mais de 40 milhões de euros de custos previstos para 2026, nestas 3 entidades, o que não pode acontecer. -----

----- Acrescentou que há 20 anos atrás a Câmara Municipal tinha 700 funcionários e quase que não tinha avenças nenhuma, chegou a 2016 com 630 funcionários e 10 avenças, em 2019/2020 com a delegação de competências aumentou mais 300, mas não pode acontecer, é demasiado, têm pessoas a mais na Câmara Municipal. A este propósito recordou um presidente de câmara que em 2005 lhe dizia que “a câmara podia funcionar com 1/3 dos funcionários públicos e ele respondeu, que 1/3 não, 2/3 e mais um bocadinho, porque 1/3 era um exagero, por causa das escolas, mas fariam uma política de capacitação e de muito redução, e de 2005 para 2016 passaram de 700 funcionários para 630, capacitando, não despediram ninguém, porque não podiam, e embora um pequeno aumento de 50 ou 100 euros, que existe sempre no ordenado mínimo, tenha uma repercussão enorme num orçamento desta natureza porque estão a falar de muita gente, cerca de 1700 pessoas para mais contando com as avenças que existem, sendo isto que está em causa e enquanto o PS não perceber isto, lamenta. Verificam-se de facto, custos a mais com pessoal, são 40 milhões de euros, agora, não vai conseguir reduzir isto de um ano para o outro, mas têm que capacitar. -----

----- Relativamente aos aumentos, ainda existem vinte e tal concursos a decorrer, e concorda que será sempre necessário contratar pessoal especializados, mas há que capacitar e formar, operar mobilidade interna que responda às necessidades, é este trabalho que têm que fazer nos próximos anos, é obrigatório para reduzir estes custos com pessoal. -----

----- No tocante aos investimentos ao abrigo do PRR confirmou ser uma preocupação e reuniu com as construtoras da USF de A-dos-Cunhados e de Runa, que são as mais urgentes, e que têm de estar concluídas no Verão, que lhe garantiram que com a boa execução que estão a ter conseguem cumprir, senão podem ter problemas, não só a nível dos empréstimos, como também a nível do excecionamento, e podem perder verbas caso não se consiga executar, mas tem esperança, que as coisas vão a bom porto. -----

----- Quanto a poder fazer o orçamento até abril, de facto a lei permite, mas acha que é perçetível esta opção, pois têm o saldo de gerência para poder aplicar, e não havia necessidade de gerir o município com duodécimos até abril, não vendo nenhum drama sobre esta opção. -----

----- Em relação à intervenção do deputado Hugo Lucas, vão reforçar com o saldo de gerência, não só a rubrica dos betuminosos para as vias municipais como outros projetos que têm em mente, assim como reforçar rubricas para obras e outros investimentos dos SMAS, abrindo possibilidade para aquisição de semienterrados, e mais viaturas de RSU para renovar o parque, porque é urgente e será feito com o saldo de gerência. -----

----- Em relação à questão levantada pelo deputado Rui Prudêncio, a Coligação Unidos por Torres Vedras o que defendeu foi que o orçamento depois de aprovado, deveria de ser explicado publicamente às pessoas, o que pretendem fazer, e espera que o deputado esteja na linha da frente, quando fizerem essa explicação até porque os contributos que presta são muito importantes para que as pessoas possam perceber tudo isto. -----

----- Por último confirmou que os apoios para contratação de médicos de família também vão constar na revisão e que o deputado já deve ter ouvido que há uma universidade que lançou o desafio para a contratação de médicos e tem o apoio da autarquia. -----

----- De novo no uso da palavra o *deputado municipal Carlos Miguel* especificou que todos ficarão mais descansados quando virem o retificativo e poderem dar opinião sobre o mesmo, mas se tivessem a tal nota introdutória, muitas destas questões não fariam sentido, pois já tinham sido assumidas pelo presidente da Câmara, mas fica muito feliz mesmo, por a Câmara Municipal ter uma previsão de verbas suplementares de 10 milhões de euros, quando só há um ano atrás fez um “pé de vento” tão grande por ter sido apresentado um saldo negativo de € 700.000,00, e por isso, só pode elogiar todos aqueles que contribuíram para passarem desse saldo negativo para uma previsão de saldo positivo de 10 milhões de euros. -----

----- Por último, fez notar que, como o edil disse, é um orçamento preparado pelo PS, que deixou de governar em outubro depois das eleições, e por isso é o orçamento em que o PSD e os Unidos não votaram favoravelmente em 2024, mas, tendo o PS votado favoravelmente em 2024, e sendo este o orçamento da continuação do mesmo, com as políticas defendidas pelo PS, o Grupo Municipal do PS coerentemente vai votar favoravelmente, como não podia deixar de ser, apesar dos reparos que foram feitos, e apesar da atenção redobrada que terão na aplicação dos 10 milhões de euros previsíveis de saldo positivo. -----

----- Esta é a coerência do PS entre contas, sejam elas de 2024, sejam de 2025, sejam elas apresentadas pelo PS ou apresentadas pela coligação liderada pela PSD.-----

----- Ainda sobre o ponto em análise tomou a palavra o *deputado municipal Luís Carlos Lopes*, para reportar-se à intervenção do deputado municipal Carlos Miguel, que fala muito das questões das verbas orçamentadas para as comissões e assim, iria fazer uma análise do seu funcionamento no mandato anterior.-----

----- Nesse propósito deu nota que o PS, não pode olvidar que no mandato anterior havia mais grupos municipais, e quanto ao facto de não ter sido dado nenhuma presidência de comissão ao PS, ainda bem. Compulsadas as atas da CPL, prevê que não se vai gastar mais, porque são menos grupos municipais e também porque não vai ser prática reunir duas vezes em cada mês em que se realizam sessões. A CPL reunia 14 a 15 vezes por ano, uma vez por mês e duas vezes quando havia sessão, frisando que, embora nada tenha a dizer contra a organização dos trabalhos do

anterior presidente da assembleia, que gabou e valorizou muitas vezes, no seu entender a 2.^a reunião era muitas vezes despropositada, e não vai acontecer neste mandato. -----

----- Em relação às outras comissões, a comissão de urbanismo presidida pelo António João Bastos, foi curiosamente, a comissão que fez menos reuniões, 4 em 2023, 5 em 2024, e 4 em 2025, contrariamente à comissão de saúde presidida pelo deputado Rui Prudêncio, que reuniu a partir de 2024, todos os meses, ou seja 9 vezes. -----

----- Assim, instou ao deputado que não se preocupasse com o orçamento da assembleia municipal, pois vão gastar menos, e a presidente da assembleia não precisa de pedir reforço orçamental pelo que mais uma vez, disse “chega, basta”. -----

----- Ainda pediu a palavra o **presidente da Câmara**, que sobre os lugares cativos, informou que todos os dirigentes, que pertencem ao quadro tem o lugar cativo, mas podia disponibilizar oportunamente mais esclarecimentos e a lista das pessoas e dos lugares que estão cativos. -----

----- Sobre o saldo de gerência, e respondendo ao deputado municipal Carlos Miguel frisou que um saldo de gerência não tem nada a ver com um resultado negativo de uma autarquia. Uma coisa é o saldo de gerência, que tem a ver com receitas em excesso e que são incorporadas através de saldo de gerência, outra coisa é o resultado negativo da autarquia que é apurado com a prestação de contas, sendo a previsão do exercício de 2025 de 2 milhões de euros, e de 2026 de 5 milhões de euros, que querem ver se conseguem alterar, porque o problema, não é ter um resultado negativo de 700 mil euros, mas em se criar despesas fixas, nomeadamente com pessoal e afins, sendo depois quase impossível voltar atrás, isso é que é o drama, o drama é este rolo compressor que está a ser criado e que quer travar. -----

----- Pediu para intervir novamente, o *deputado municipal Carlos Miguel*, dizendo que a intervenção do deputado municipal Luis Carlos Lopes leva-o a ter que lhe responder, porque forma conclusões, mas não afirma factos ou seja, vão gastar menos, mas não explica porque gastam menos, e embora tenha dito na sessão passada disse que tinha as contas feitas, tanto da outra vez, como desta não fez contas nenhuma. -----

----- Lembrou que sugeriram que das propostas do Unidos por Torres Vedras retirassem a obrigatoriedade de reuniões periódicas e nem isso foi aceite a menos que a sua memória lhe falhe, e não tendo sido aceite, têm 7 comissões a reunir de dois em dois meses, ou seja, 42 reuniões fixas, mais a comissão do orçamento que reúne só 3 vezes, que perfaz 45 reuniões, já não contabilizando a CPL que está à parte, por isso as contas podem-se fazer, e a previsão do PS é que vão necessitar de mais verba, mas ainda assim estão à vontade também, porque o presidente da câmara, já disse que em caso de necessidade reforçaria a rubrica, mas vão necessitar mais verba, até porque vão necessitar de mais apoio técnico do que aquilo que têm hoje. -----

----- Em resposta o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que rapidamente contabilizaria as

reuniões do ano transato e já daria nota, mas tinha mais um dado para acrescentar lembrando que no mandato anterior também fizeram, visitas de comboio à Linha do Oeste com grupos alargados de deputados, que incluíram almoços, para verificação das obras de eletrificação, embora sem qualquer contacto com a IP, o que não irá acontecer neste mandato e aí também pouparão. -----

----- Pediu a palavra o *deputado municipal Rui Prudêncio* para repor alguma verdade, quanto ao dizer-se que a Comissão de Saúde reuniu todos os meses, esclarecendo que foram 9 reuniões e não doze, e esta periodicidade foi resultado de uma proposta votada por unanimidade por todos os membros daquela comissão, onde o colega Luis Carlos estava incluído, portanto não é uma questão de ser do PS, ou do PSD, porque a votação foi por unanimidade.-----

----- A *deputada municipal Tânia Mourato* pediu a palavra para fazer um breve comentário sobre as intervenções que se centraram neste assunto, recordando que estão a falar de um orçamento de € 168.400,00, o que num orçamento de 115 milhões, sem prejuízo da importância do impacto que as comissões possam ter e sem prejuízo do tempo que estão a alocar a este tema, a importância financeira é a que é.-----

----- Relativamente ao PS votar favoravelmente, disse que muito lhe apraz ver que o Partido Socialista mantenha a coerência, porque é também o orçamento do PS, é um orçamento de compromissos, os do PS, é um orçamento que honra o novo executivo por continuar a honrar estes compromissos anteriormente assumidos. O Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras está satisfeito por votarem todos em conjunto este que será o pontapé de saída para a execução de 2026 pois será benéfico para o concelho se conseguirem executar os investimentos estruturais que estão planeados neste documento.-----

----- Numa nota apenas relativamente ao mapa de pessoal, assinalou que o mesmo traz uma alteração face àquilo que eram os mapas anteriores, porque não prevê novos postos de trabalho pelo que questionou, se não tem por lapso, ou se não tem porque, de acordo a palavras do edil, não se vislumbra necessidade de aumentar o mapa de pessoal e pretendem apenas terminar os concursos que estão a decorrer. -----

----- A *presidente da Mesa* expressou um agradecimento especial à deputada pelo detalhe e pela abrangência daquilo que é o orçamento da Assembleia Municipal, esperando que todos tenham ficado esclarecidos.-----

----- De novo no uso da palavra e sobre o mapa de pessoal, o *presidente da Câmara* esclareceu que foi por opção, uma vez que estão num processo de revisão da orgânica, que o mais tardar em abril virá à Assembleia Municipal, acompanhada com um novo quadro de pessoal, onde farão alterações mínimas, nomeadamente para pessoas especializadas, caso não existam nos quadros da Câmara Municipal.-----

----- O *deputado municipal Jorge Santos*, dirigiu-se ao colega Carlos Miguel relativamente às

questões das comissões para lhe dizer que quem alega factos, tem esse ónus de fazer “prova antecipada de”, não só juridicamente, mas também como “bom interlocutor”.-----

----- No que se refere ao Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, que é assim que é designado e para que não haja dúvida, e o próprio colega contribuiu, numa reunião da GPL, levantando a questão para a mesma fosse esclarecida, pensando ele que, de facto, tinha ficado esclarecida para não recalcitrarem numa evocação que já se torna no mínimo cansativa acerca do PSD e do grupo liderado pela coligação. Explicou ainda que o termo “coligação” foi afastado por via da obrigação legal, portanto, a coligação extinguiu-se no dia em que os resultados foram publicados, daí que passaram a ser Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, composto efetivamente de PPD/PSD, CDS/PP, Volt e pela Associação Unidos por Torres Vedras, que foram os seus membros que foram eleitos como independentes nas listas do PSD.-----

----- Reforçou que estes são os factos e não vale a pena andarem à volta disto.-----

----- Mais propriamente em relação ao orçamento em análise, porque a sua aprovação tempestiva, à data de 31 de dezembro, caso assim não tivesse acontecido, tinha efeitos fiscais que seriam perversos, ou seja, se não houvesse aprovação, designadamente das taxas que foram aprovadas nos pontos anteriores, acabariam por, porque não indicariam taxa nenhuma, ter as taxas no limite máximo, e não era nisso que se pretendia, e essa é uma das razões para o orçamento vir nesta data à assembleia municipal para ser aprovado.-----

----- Sinalizou ainda que ainda que a aprovação tempestiva deste orçamento, segue obrigações legais e sustenta a estabilidade financeira e orçamental do concelho, e deverá ser aprovado até ao final do ano anterior, garantindo assim a continuidade dos serviços públicos básicos.-----

----- Acrescentou que politicamente, aprovar o orçamento confere credibilidade, à governação local e permite implementar o programa de governação do grupo que foi eleito, do partido que foi eleito e economicamente define prioridades de investimento e despesa, por exemplo, a manutenção urbana, desenvolvimento económico local, projetos financiados por fundos comunitários, assegurando que o município responde a inflação de custos de energia, custos com pessoal e às novas necessidades de descentralização de competências. Socialmente ter um orçamento aprovado significa viabilizar apoios a famílias vulneráveis, idosos, os jovens, bem como nos programas habitacionais, tais como, o regime do IMI familiar, isenções do programa mais habitação que já prolongaram benefícios fiscais.

----- Fez notar que para além disso, e conforme o relatório de 2024 do Conselho das Finanças Públicas, destaca o reforço de transparência da capacidade de reporte atempados da autonomia fiscal municipal, permanece essencial para garantir a sustentabilidade orçamental do subsector. Reforça, de facto, autonomia financeira, de Torres Vedras, permitindo ajustar receitas às necessidades locais, ao mesmo tempo que se cumpre o quadro jurídico, incluindo limites de endividamento da lei das finanças locais.-----

----- Por fim, lembrou que, num contexto europeu mais amplo, Portugal debate reformas na lei de finanças locais para equiparar recursos municipais à média da União Europeia e manter finanças equilibradas e arrecadar receitas próprias é assim necessário, para preparar o concelho a futuros desafios e eventuais alterações legislativas. -----

----- De forma sintética a aprovação do orçamento reflete prudência fiscal, legalidade e visão estratégica de desenvolvimento local, assegurando que Torres Vedras possa manter serviços de qualidade e investir no futuro, e nesta sequência o Grupo Municipal Unidos por Torres Vedras, vai votar favoravelmente este orçamento. -----

----- O *deputado municipal Carlos Filipe* interveio no sentido de indicar que, como em 2024 também votou contra, irá na mesma votar contra. -----

----- Sobre a questão das comissões o deputado municipal *Luis Carlos Lopes* deu nota que, contabilizou 40 reuniões, com as sessões temáticas em 2024, ou seja, não haverá grande diferença, 40 reuniões com 7 grupos não será muito diferente de 42 com 4 grupos. -----

----- Como parte mais importante da intervenção do colega Carlos Miguel, concordou, que a Marília é uma funcionária incedível, parabenizando e enfatizando a sua disponibilidade, mas precisa de apoio extra, à semelhança do que existia no mandato anterior, com a Vânia, nas comissões. -----

----- Antes de colocar o ponto à votação e para trancar este assunto, a Presidente da Mesa salientou que aquilo que espera das comissões, é que tenham frutos e que consigam ajudar todos os torrienses e o concelho a prosperar estando o valor perfeitamente acautelado. -----

----- Atenta a sua competência estabelecida nas alíneas a) e o), do n.º 1 art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, da Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 4 votos contra, os documentos previsionais para 2026 do Município de Torres Vedras – Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal. -----

----- Anota-se que votou contra o Grupo Municipal do Chega. -----

6 - PROPOSTA N.º 41/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2026 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL: -----

----- Presente ofício número 5737 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 16/12/2025 a remeter a proposta dos documentos em título, aprovada, por maioria, pelo executivo na sua reunião extraordinária realizada nesta mesma data. -----

----- Atenta a sua competência prevista nas alíneas a) e o), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 4 votos contra, os documentos previsionais para 2026 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal. -----

----- Anota-se que votou contra o Grupo Municipal do Chega. -----

7 - PROPOSTA N.º 42/CM/2025 - PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - ATUALIZAÇÃO PARA 2026, DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA TODAS AS FREGUESIAS: -----

----- Presente ofício número 5426, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 27/11/2025, a dar conhecimento que o executivo municipal em sua reunião de 25/11/2025, tendo por base a proposta do presidente da Câmara de 19/11/2025 que faz parte integrante do processo, deliberou, propor à assembleia municipal, nos termos do n.º 3, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, e do n.º 1, do art.º 19.º, dos autos, a alteração dos recursos financeiros previstos no título III do respetivo auto de transferência de competências, com efeitos a 1 de janeiro de 2026 e de acordo com a tabela anexa à citada proposta que faz parte integrante do processo. -----

----- Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara**, que fez uma breve introdução do assunto, esclarecendo que o valor aprovado para 2025, no âmbito da descentralização de competências era cerca de 3,8 milhões de euros, para as 13 freguesias, e para que pudessem, a partir do próximo janeiro, receber já os duodécimos previstos, aumentaram 10% deste valor que atribuíram a cada uma das 15, de forma proporcional. -----

----- Disse ainda que assumiu o compromisso junto dos presidentes de junta de rever todo o processo em 2026, porque é necessário fazer uma avaliação das competências descentralizadas, para aferir se cada uma das freguesias quer ou não ter mais e definir as verbas correspondentes a uma correta descentralização, dando como exemplo Dois Portos e Runa, em que valor atribuído não está a ser correto porque Runa tem um parque verde, e estas verbas estão em percentagem maior para Dois Portos quando deveria estar em Runa. -----

----- O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, **José Damas Antunes**, deu nota do seu agrado por este aumento de 10%, e do mesmo ser já a partir do início de 2026 que lhes permite acompanhar a evolução dos aumentos salariais, da inflação e de ficarem confortáveis razoavelmente. -----

----- Deu nota também, que é agradável perceber a abertura da câmara municipal para reverem as competências delegadas e discutir outras possíveis, o que fica a aguardar que aconteça. -----

----- Por outro lado, salientou o facto de saberem que têm um valor certo para os contratos interadministrativos, que se repetirá anualmente, e que irá permitir às juntas ter capacidade organizacional, assim como de gerir as suas opções pensando em termos de mandato e não só em termos pontuais, achando que foi uma boa forma de melhorar as condições de trabalho com as juntas de freguesia. -----

----- O *deputado municipal* **Carlos Miguel** fez referência às palavras do autarca, porque estas verbas, embora tenham uma atualização genérica de 10%, uma atualização funcional, não contemplam os compromissos assumidos pela câmara municipal junto de cada uma das freguesias, e por isso se elogiam este aumento, têm que deixar esta referência, esperando que venha a ser

contemplada mediante as expetativas que os presidentes de junta têm no orçamento retificativo. -
----- Disse ainda que a sua intervenção também vinha na sequência do que o edil disse, e que no seu entender acha que ainda é mais importante, ou seja, que o processo de descentralização de competências da câmara para as juntas de freguesia, não deve ser um processo estático, deve ser um processo dinâmico, a Torres Vedras sempre foi líder neste processo. -----
----- Também lembrou os presentes que cerca de 1/3 dos municípios deste país ainda não descentralizaram competências para as juntas de freguesia, o que merece na sua opinião pessoal, um lamento profundo, que haja autarquias que não vejam nas juntas um braço armado para fazer obras em todo o município. -----
----- Reafirmou que o concelho de Torres Vedras sempre foi líder nisso, embora ainda hajam competências, que ainda não passaram para as juntas, e não se justifica continuarem na esfera jurídica da Câmara Municipal, que passou a enumerar: utilização e ocupação do espaço público, ou seja, não faz sentido que uma prova de motocross, uma procissão, ou a ocupação de um adro, a emissão de licenças e pagamento das respetivas taxas seja na Câmara Municipal, quando devia ser na junta de freguesia, como uma ajuda financeira, para além de também ser uma economia de tempo para as pessoas que requerem essas mesmas licenças, o mesmo quanto à fixação de publicidade comercial, que é uma competência que pode e deve ser delegada nas juntas, lembrando o Executivo Municipal, que a competência sendo delegada, o regulamento pode ser o da Câmara Municipal de forma a assegurar alguma uniformidade nas regras, e outra ainda mais minúscula, mais ridícula, que é o lançamento de foguetes, que igualmente é licenciado pela autarquia, que nem tem qualquer possibilidade de controlar o seu lançamento, e por isso deve passar para as juntas de freguesia, assim como a respetiva receita. -----
----- Concluiu dizendo que são dicas que deixa no sentido de alargar mais e serem ainda um melhor exemplo de descentralização de competências para as juntas. -----
----- Não se registaram intervenções tendo a presidente da Mesa colocado o documento à votação:
----- Assembleia Municipal, deliberou nos termos do n.º 3, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30/04, e do n.º 1, do art.º 19.º dos autos, aprovar a alteração dos recursos financeiros previstos no título III dos respetivos autos de transferência de competências, com efeitos a 1 de janeiro de 2026 nos seguintes termos que perfazem o valor total de € 4.098.000,00. -----
----- Freguesia de A-dos-Cunhados - € 403.000,00; -----
----- União das Freguesias de Campelos Outeiro da Cabeça - € 214.000,00; -----
----- União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 226.000,00; -----
----- Freguesia de Dois Portos - € 168.000,00; -----
----- Freguesia de Freiria - € 128.000,00; -----
----- Freguesia de Maceira - € 83.000,00; -----

----- União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo - € 230.000,00;-----
----- Freguesia de Ponte do Rol - € 132.000,00;-----
----- Freguesia do Ramalhal - € 190.000,00;-----
----- Freguesia de Runa - € 53.000,00;-----
----- Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - €1.229.000,00;-----
----- Freguesia de São Pedro da Cadeira - € 243.000,00;-----
----- Freguesia da Silveira - € 442.000,00;-----
----- Freguesia do Turcifal - € 189.000,00; e-----
----- Freguesia da Ventosa - € 168.000,00. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pela Presidente da Mesa, Helena Ferreira, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 01:00 horas, a presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, indicando que continuaria no dia 29/12, para discutir a restante agenda, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, considerando-se todos os membros convocados para o efeito. -----

AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2025:-----

----- Presidiu a presidente da Assembleia Municipal Helena Isabel Ribeiro Ferreira Runa, tendo sido secretariado por Ilídio Paulo Antunes Santos, e pelo deputado Francisco Maria Charters Miranda de Barros e Vasconcelos. -----

----- Estavam presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar: -----
----- Carlos Manuel Soares Miguel, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, João Paulo Torcato Apolinário (em substituição de Maria Leonor Varela Silva Malhado), Luis Carlos Jordão de Sousa Lopes, Carlos Alberto Pontes Filipe, Andreia Filipa Alves Caldas, Maria Leonor Marques Marinheiro (em substituição de Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco), Tânia Isabel Ramos Mourato Jerónimo, Rui José Prudêncio, Vanda Raquel Inácio da Silva, Beatriz Silva Pereira, Dina Teresa Antunes de Sousa Almeida, Herculano Manuel Cosme Raposo, Hugo Gerardo Fernandes Pereira da Silva Lucas, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Fernando Manuel Rodrigues Pinto Varela dos Santos, Susana Maria Ribeiro das Neves, Fernando Manuel Osório Guerra, Francisco Miguel Palmeira Mota Ferreira em (substituição de Susana Mónica da Silva José), Artur Alexandre dos Santos Narciso, João Paulo Moreira dos Reis,

Paula Cristina dos Santos Lopes, Sérgio Alexandre Simões Ferreira, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto Pedro, Telma Filipa Francisco Mota, Vasco Augusto Bernardes Forcada, João Marcelo Garcia Marques Mário João Rodrigues Matias, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, João de Deus Tomás Elias, Samuel José Martinho Gomes (em substituição de Mário João Ferreira gomes), Carolina Castro Mesquita (em substituição de Humberto Manuel Sebastião Gomes), Dalila do Carmo Miranda de Jesus, António José Silva Alves, Mário João Ferreira Gomes, Francisco José Teodoro Martins, Ana Clara Gomes dos Santos.-----

----- Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara Municipal Sérgio Paulo Matias Galvão e os vereadores Francisco João Pacheco Martins, Rita João Maya Gomes Sammer, David Alves Gomes Lopes, Diogo Ribeiro Oliveira Guia, Ana Barbara Antunes do Carmo da Silva Amaro, Pedro Miguel Botelho Serra (em substituição de Felicidade Vital) Rui Pedro Avelar Lopes e Rui Manuel Estrela da Silva. -----

----- A **presidente da Mesa** deu inicio aos trabalhos, saudando todos os presentes e deu a palavra ao **primeiro secretário** que deu nota que os deputados municipais Maria Leonor Marques Marinheiro e Francisco Maria Charters Miranda de Barros e Vasconcelos continuavam a substituir respetivamente Maria Manuela Hortas da Silva Ferreira e Mário Jorge da Glória Agostinho.-----

----- Deu nota ainda das seguintes substituições: -----

----- Maria Leonor Varela Silva Machado por João Paulo Torcato Apolinário;-----

----- Susana Mónica da Silva José, por Francisco Miguel Palmeira Mota Ferreira; -----

----- Presidente de Junta de Runa, Humberto Manuel Sebastião Gomes, por Carolina Castro Mesquita; e -----

----- Presidente de Junta da Silveira, Mário João Ferreira Gomes, por Samuel José Martinho Gomes.

----- Anota-se que face à ausência do segundo secretário foi chamado novamente para completar a mesa o deputado municipal Francisco Maria Charters Miranda de Barros e Vasconcelos, que teve a anuência de todos os presentes. -----

----- Anota-se ainda que se encontrava presente, em substituição da vereadora Felicidade Vital, Pedro Miguel Botelho Serra.-----

----- De seguida passou-se à ordem de trabalhos, no ponto 8 onde tinham ficado os trabalhos:-----

8 - CONTRATOS PROGRAMA A CELEBRAR COM A PROMOTORRES E.M: -----

----- Presente ofício número 5736 da Câmara municipal de Torres Vedras de 16/12/2025, a dar conhecimento que o Executivo, em sua reunião de 16/12/2025 deliberou por unanimidade, aprovar a prorrogação do prazo de vigência, por 6 meses e respetivas minutas das adendas dos contratos programa celebrados com a Promotorres EM, e devidamente identificados nos pontos 8.1 a 8.4 passando os mesmos a vigorar até 30/06/2026. -----

----- A **presidente da Mesa** informou o plenário que fariam a discussão conjunta e a votação

separada de cada uma das adendas agendadas e deu a palavra ao presidente da Câmara para algumas palavras introdutórias:-----

----- O **presidente da Câmara**, esclareceu que as propostas em análise são para prorrogar a vigência dos contratos-programa até 30 de junho de 2026, mantendo inalteradas as condições prevista nos mesmos, uma vez que pretendem fazer uma reestruturação na Promotorres, como já foi referido, na senda das novas orgânicas que vão elaboradas para a Câmara Municipal, SMAS e Promotorres, porque considera que há algumas questões que devem ser debatidas, nomeadamente a gestão de eventos no entendimento que deve ser esta empresa municipal a organizar todos, apesar de pontualmente a câmara poder ter um ou outro, mas o que existe neste momento, é a câmara fazer uma série de eventos, e a Promotorres fazer outros. -----

----- Reafirmou que vão prorrogar os contratos por mais 6 meses, sem qualquer tipo de alteração para dar tempo a que, entre fevereiro ou abril, reestruturar algumas coisas e apresentá-las à Assembleia Municipal. -----

----- O *deputado municipal* **Carlos Filipe** disse que se iria reportar ao ponto 8.1 (gestão do mercado municipal) para questionar se os pressupostos do contrato-programa firmado em 2018 se mantêm, e o mesmo relativamente ao contrato-programa para a gestão e exploração da Expotorres (ponto 8.3), firmado em 2019 com resultados, ao longo da sua vigência, que não foram os mais desejáveis.

----- Em resposta o **presidente da Câmara** reafirmou que as condições se mantem iguais e os pressupostos são idênticos, estando em causa apenas a prorrogação por 6 meses.-----

----- Pronunciou-se também o *deputado municipal* **Carlos Miguel** para dizer que Partido Socialista nada tem a opor à prorrogação de prazo de 6 meses porém constataram alguma incoerência de datas, pois o presidente da Câmara numa reunião do executivo referiu que em fevereiro ou março substituiria a administração e inclusivamente o presidente do conselho de administração da Promotorres, o que para o PS foi uma surpresa face às declarações que tinha tido durante a campanha eleitoral, e por isso há um desfasamento e acham que não seja tudo coincidente, ou seja, a reestruturação, a própria administração, que não se resolva a ilegibilidade de um dos administradores, e que não seja um prazo único, para tudo resolver, mas sim 2 prazos, para ir resolvendo as coisas. -----

----- O **presidente da Câmara** esclareceu que não há nada incoerente, ou seja, em campanha eleitoral, o que foi dito é que iria assumir a presidência dos SMAS, Promotorres e CMTV, e iam fazer avaliação, e é isso que estão a fazer.-----

----- Prorrogaram a vigência dos contratos-programa por 6 meses, podiam fazer 3 meses, ou 4 meses, mas foi a 6 meses, pois se não conseguirem em fevereiro ter a orgânica pronta para a Assembleia Municipal se pronunciar, será em abril, os tais 6 meses. Não há nenhuma incoerência, fizeram a 6 meses, na expectativa de conseguir alterar os 3 contratos antes.-----

----- Encontrando-se o plenário devidamente esclarecido a presidente da mesa submeteu à votação as adendas abaixo identificadas:-----

8.1 - PROPOSTA N.º 43/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA PARA A GESTÃO DO MERCADO MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 4 abstenções, aprovar a adenda ao contrato-programa para a gestão do Mercado Municipal de Torres Vedras.-----

----- Anota-se que se absteve o grupo Municipal do Chega.-----

8.2 - PROPOSTA N.º 44/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA PARA A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS:-----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade aprovar a adenda ao contrato-programa para a organização e gestão de eventos.-----

8.3 - PROPOSTA N.º 45/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DA EXPOTORRES:-----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 4 abstenções, aprovar a adenda ao contrato-programa para a gestão e exploração da Expotorres.-----

----- Anota-se que se absteve o grupo Municipal do Chega.-----

8.4 - PROPOSTA N.º 46/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTACIONAMENTO:-----

----- A Assembleia Municipal, para os efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na sua atual redação, deliberou, por maioria de 38 votos a favor e 4 abstenções, aprovar a adenda ao contrato-programa para a gestão e exploração do estacionamento.-----

----- Anota-se que se absteve o Grupo Municipal do Chega.-----

9 – PROPOSTA N.º 47/CM/2025 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CARTA EDUCATIVA PARA O CICLO 2025/2035:-----

----- Presente ofício número 5693, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a remeter a proposta em título, conforme deliberado pelo Executivo em sua reunião ordinária realizada em 9/12/2025.-----

----- Como nota prévia a **presidente da Assembleia** agradeceu aos serviços o facto de a comissão permanente de líderes ter tido oportunidade de reunir com o chefe de divisão e com a vereadora da educação, para apresentarem e esclarecerem sobre a carta educativa, mas agora para os demais, daria palavra ao presidente da Câmara para fazer o devido enquadramento.-----

----- Para o efeito o presidente da Câmara, teve a anuência para usar da palavra a vereadora **Rita Sammer**, que começou por dar nota que a carta em apreço é um instrumento de planeamento, e

ordenamento prospetivo dos edifícios e equipamentos escolares que visa a melhor utilização dos recursos educativos.-----

----- Deu nota ainda que com a concretização da transferência de competências na educação, ocorrida em 2019 a necessidade de revisão tornou-se ainda mais premente sendo aos dias de hoje relevante no âmbito dos atuais quadros e programas de financiamento, daí a importância de terem uma carta devidamente aprovada. Esta carta integra o PDM, estando assegurada a sua correta integração no âmbito da revisão que está em curso.-----

----- Lembrou que a elaboração da carta educativa é uma competência da Câmara Municipal e cabe à Assembleia Municipal, a sua aprovação após discussão e parecer pelo Conselho Municipal de Educação e pronúncia pelo departamento governamental que têm competência nesta matéria. Em 2024 e 2025, o município elaborou uma proposta de carta, recorrendo para o efeito a uma entidade externa, que seguiu o guião que está definido pelo Ministério da Educação. -----

----- Relatou ainda que o Conselho Municipal de Educação discutiu a proposta em 29/04/2025 e em 26/05/2025 emitiu um parecer favorável por unanimidade, tendo o Executivo Municipal em 03/06/2025 deliberado por maioria, aprovar a submissão da carta no sistema de avaliação de Cartas Educativas, da responsabilidade do Ministério da Educação para emissão de pronúncia de eventuais desconformidades. Receberam em 17/10/2025 do Ministério da Educação a pronúncia no sentido da sua conformidade com todos os pressupostos. Seguiu-se em 09/12/2025 a aprovação do executivo municipal por unanimidade em submeter a proposta de carta educativa à Assembleia Municipal, que, como referido pela presidente da Assembleia no dia 17/12 foi apresentada à CPL pelo chefe de divisão, Dr. Miguel Neto. -----

----- Nesta sequência crê que este documento cumpre as condições para ser aprovado, e apesar de consubstanciar uma visão conservadora do processo de revisão traduzindo uma mera continuidade com os pressupostos da atual carta educativa, nomeadamente no que diz respeito à confirmação geográfica das áreas de influência dos 4 agrupamentos, dá resposta a 3 requisitos que considera que são fundamentais: a coesão territorial, portanto, mantém-se a existência de escolas básicas do primeiro ciclo e agora JI em todas as freguesias, mantém-se também as escolas de segundo e terceiro ciclo, o localizadas fora da cidade de Torres Vedras, nomeadamente a escola do Maxial que tem uma taxa de ocupação bastante baixa, por outro lado, o esta carta prevê um equilíbrio do índice máximo de ocupação do conjunto dos edifícios escolares, 2.º e 3.º ciclo secundário, e como sabem, o dia de hoje, há alguns escolas sobrelotadas e esta reconfiguração da rede educativa vai permitir que todas as escolas fiquem com um índice de ocupação máxima na ordem dos 90%, portanto, há claramente um equilíbrio desse índice máximo de ocupação. -----

----- Por outro lado, também prevê um aumento da rede escolar como era desejável. -----

----- Numa mera síntese referiu que esta carta, prevê o aumento de 23 salas de jardim de infância,

o que significa mais ou menos um aumento de 500 alunos, 28 salas do primeiro ciclo, aproximadamente um aumento de 600 alunos e 26 salas do segundo e terceiro ciclo, também aumento de 600 alunos e 14 salas do ensino secundário, ou seja, no total, aumento previsível de 91 salas que acomodam aproximadamente 2000 alunos. -----

----- No que se refere às propostas de intervenção, também numa síntese, informou que estão previstas 8 novas construções, 7 ampliações e 12 grandes requalificações, nas quais estão a incluir as escolas do segundo e terceiro ciclo, exceto a da Freiria e também a Escola do Ensino Secundário da Madeira Torres, porque a Escola Henriques Nogueira, pertence ao Parque Escolar, e não faz parte deste pacote. -----

----- O *deputado municipal Carlos Filipe* indicou que o Grupo Municipal do Chega vota favoravelmente a Carta Educativa de Torres Vedras, registando a pronúncia favorável emitida pelo Ministério da Educação, Ciência, Inovação que confirma a conformidade legal e técnica do documento, valida o enquadramento da carta educativa e reforça a solidez do diagnóstico e das opções estratégicas apresentadas. -----

----- Este grupo municipal entende ainda destacar o trabalho desenvolvido pela equipa técnica responsável pela elaboração, que demonstra elevada competência, rigor e uma clara visão do futuro para o concelho, pelo que merece o seu reconhecimento e agradecimento. Dão como exemplo o planeamento desta equipa técnica da construção das escolas de maior dimensão, como as da Silveira, Ramalhal e Turcifal, proposta que não foi aprovada à época pela administração central e que, neste momento, verifica-se estarem já na sua capacidade máxima. -----

----- A *deputada municipal Leonor Marinheiro*, antes de iniciar a sua intervenção deixou uma palavra a felicitar pelos resultados obtidos nas eleições, desejando a todos um bom mandato a bem dos torrienses. -----

----- Quanto à Carta Educativa Municipal, e sabendo que é um instrumento estratégico de planeamento da rede educativa com horizonte a médio e longo prazo e que se destina a assegurar a adequação da rede, às dinâmicas demográficas, à sustentabilidade dos seus recursos, à eficiência pedagógica, tal como foi dito pela vereadora, existe neste contexto, situações que requerem análise entre a articulação do que são as prioridades temporais da carta educativa e as propostas eleitorais apresentadas pela Coligação Unidos por Torres Vedras, especialmente no que respeita à calendarização de investimentos e à organização da rede escolar. -----

----- Assim explanou que a Carta Educativa opera de forma assumida num horizonte alargado, já que muitas intervenções previstas se situam a 10 anos ou mais e contempla uma execução faseada, dependente de critérios técnicos, e de disponibilidade de financiamento. As propostas eleitorais dos Unidos por Torres Vedras tendem centrar-se em compromissos de curto prazo correspondentes ao mandato autárquico, e se bem que esta diferença de temporalidade não é só por si negativa, deve

ser comunicada com clareza para evitar expectativas desajustadas.-----

----- Consequentemente destacou alguns exemplos ilustrativos:-----

----- 1 - A construção de uma EB 1 de Torres Vedras: em contexto eleitoral dos Unidos foi indicada como intervenção prevista durante o mandato. Na carta educativa, porém, esta intervenção surge num planeamento faseado com execução prevista para um horizonte temporal mais longo próximo dos 10 anos condicionado por prioridades e recursos disponíveis.-----

----- 2 - A questão das escolas de proximidade: o discurso político dos Unidos valoriza a manutenção destas escolas no seu papel nas freguesias. A carta educativa prevê, no entanto, uma reorganização progressiva da rede, com concentração de recursos e alunos em determinados equipamentos em função da procura, e da sustentabilidade do sistema. -----

----- 3 - A requalificação e ampliação do parque escolar está prevista em fases sucessivas de acordo com critérios técnicos e recursos disponíveis, assegurando melhorias de qualidade e adequação às necessidades futuras, mas não podendo ser implementada de imediato. -----

----- 4 - A organização por territórios educativos com propostas por cada área do concelho pressupõe um processo de implementação gradual, sustentada em estudos do processo, não se concretizando apenas dentro de um mandato.-----

----- Terminou enfatizando que estes exemplos evidenciam a necessidade de coerência e clareza entre o planeamento estratégico, e os compromissos políticos, porque a carta educativa não é apenas um documento técnico, é um compromisso coletivo com o futuro do concelho e, como tal, os prazos e prioridades devem ser compreendidos e pragmatizados nesta lógica. Uma política educativa sustentável, exige visão de longo prazo, estabilidade e transparência e o alinhamento entre planeamento estratégico e execução política é essencial para reforçar a confiança das comunidades educativas e garantir a implementação responsável das opções aprovadas pela Assembleia Municipal. -----

----- O *deputado municipal* **Luís Carlos Lopes** começou por dizer que não era para intervir neste assunto, mas ficou estupefacto com a intervenção da colega Leonor, porque pensava que não entrava na politiquice, como aconteceu.-----

----- Recordou que a carta educativa em análise, na sua senda passou por várias entidades ao longo do ano 2025 e anteriores e foi aprovada pelo Executivo Municipal ainda do mandato anterior, pelo que tudo o que a deputada referiu, não faz sentido nenhum. -----

----- Defendeu que a Coligação Unidos Torres Vedras, sabia o quando é urgente, ter um documento estruturado e aprovado e das dificuldades que existem em todos os processos ministeriais e afins para não perder oportunidades de investimento e oportunidades diversas para materializar, nomeadamente em obra, esta carta educativa com as prioridades que são necessárias. Se houvesse tempo, se fosse a intenção de tudo fazerem em relação ao que foi dito em campanha eleitoral, teria

que se deitar abaixo e começar tudo de novo, provavelmente perder-se-iam meses, anos, quando sabem da necessidade de aproveitar os fundos comunitários, ou eventualmente optar por outro conjunto de incentivos financeiros, mas não podem perder o quadro comunitário em vigor.-----

----- Frisou que o Unidos por Torres Vedras não se revê no facto de terem passado 10 anos para uma intervenção intermédia na carta, que devia ter sido objeto de uma avaliação à lupa muito mais cedo e se calhar alguns investimentos que foram feitos recentemente podiam ter sido adaptados, nomeadamente em termos de dimensões de salas, de escolas, etc. Neste momento, o que interessa é ter uma carta educativa com questões que têm que ser definidas, nomeadamente em termos territoriais e em termos de dinâmicas das populações, mas que tem que ser objeto de avaliação, à lupa e pormenorizadamente nos próximos anos, mas não podem deixar passar mais 10 anos, lembrando que tiveram uma carta educativa em 2007, até 2025, ou seja, foram 18 anos sem ser revista, houve uma avaliação intermédia, mas pouco diferenciada.-----

----- Reforçou que a questão é esta, a carta educativa foi aprovada no anterior mandato no dia 7 de outubro e vai-se manter, porque é um instrumento importante que não se devia deitar abaixo, sendo obvio que a coligação que lidera o Executivo não se revê em tudo, mas terão tempo eventualmente de fazer alterações que forem devidas.-----

----- O *deputado municipal* **Fernando Guerra** sinalizou que o PCP vota favoravelmente a Carta Educativa, no entanto não podem deixar de anotar uma situação que coloca alunos em desvantagem em relação à maioria.-----

----- Nesse propósito fez notar que se é verdade que a grande maioria dos alunos de vários agrupamentos de escolas do concelho circula entre casa e a escola e vice-versa sem pagar nada nos transportes públicos, também é verdade que a maioria dos alunos do pré-primário e primário, que circulam nos transportes da câmara e das juntas de freguesia, os pais pagam uma determinada mensalidade.-----

----- Sabem que as autarquias não têm verbas que lhes permita fazer face a tais despesas, no entanto, não deixa de ser uma situação de desigualdade que confirma que, afinal, o ensino básico, não é gratuito para todos, conforme está escrito na Constituição da República.-----

----- Deste modo questionou o que pensa o executivo relativamente a esta situação, aproveitando para solicitar que o presidente da Câmara Municipal também informe para quando está prevista a construção da escola do Maxial e a de A-dos-Cunhados.-----

----- O *deputado municipal* **Carlos Miguel** respondendo ao deputado Luis Carlos Lopes fez notar que não foi o Partido Socialista que prometeu uma escola em Torres Vedras nos próximos 4 anos, e que está prevista nos próximos 10 anos, mas a carta educativa em análise foi feita com a colaboração de todos, e o Partido Socialista votará a favor.-----

----- Assinalou, também como segunda dissonância, que a carta educativa não é urgente por causa

dos fundos comunitários, como deixou transparecer porque a Câmara Municipal de Torres Vedras não tem mais fundos comunitários para a construção de escolas, tem qualquer coisa, como € 600.000,00, lembrando que a escola de A-dos-Cunhados já foi financiada por empréstimo por não haver fundos comunitários. -----

----- Assim a questão que quer colocar verdadeiramente ao presidente da Câmara é que nestes 4 anos, prevê-se um investimento em escolas de 49 milhões de euros e como é que se vai financiar este valor, nomeadamente se é através de parcerias público privadas, das quais o PSD sempre foi favorável ou sem parcerias publico privadas que o então vereador, hoje presidente sempre se opôs, e muito bem a que existissem em Torres Vedras. -----

----- O *presidente da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça, José Damas Antunes* interveio para deixar duas breves notas, concretamente o facto de estranhar que a carta educativa, tenha sido discutida e aprovada sem que os presidentes de junta, com competências próprias delegadas na educação, não tenham sido chamados à discussão previa sobre o assunto, recomendando que futuramente seja tido em conta, porque acha que se são parceiros para umas coisas também devem ser para outras. A segunda nota é lembrar aquilo que o munícipe da freguesia que preside veio ao plenário falar há pouco tempo no que concerne aos alunos do Outeiro passarem para Campelos, e nessa revisão futura ter isso em conta. -----

----- Pediu novamente a palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* salientando que o colega Carlos Miguel conseguiu ser contraditório no seu discurso de um minuto, pois acabou por dizer que não há mais fundos comunitários, só resta € 600,00,00 e depois achou que as parcerias público-privadas podiam ser um mau exemplo. -----

----- Nesta sequência questionou de que lado é que ficam, ou de uma coisa ou outra, até porque o deputado quantificou o valor das obras, lembrando foi no tempo dele que obras Santa Cruz, ocorreram por via disso, não sabem se poderá acontecer algo semelhante, pode ser que aconteça novamente, ou pelo menos, podem ter sempre a expectativa que não foi só ele a ter sorte. -----

----- Foi novamente dada a palavra à *vereadora Rita Sammer*, que começou por esclarecer que a candidatura da Coligação Unidos Por Torres Vedras não tem compromissos eleitorais para construção de nenhuma escola em Torres Vedras nos próximos 4 anos, nem sequer tem temporizado a questão da construção das escolas. -----

----- Considerou ainda muito importante esclarecer que esta carta e o modelo de revisão que esta carta seguiu foi uma opção política do anterior executivo, e como teve oportunidade de sublinhar, a seu ver é uma revisão bastante conservadora, e bastante limitada daquilo que se podia ter feito, e a razão de não se ter conseguido fazer mais, foi porque se fez a correr, ou seja a carta foi entregue a uma empresa que entre 2024 e 2025, fez uma proposta em continuidade daquilo que é a atual carta educativa, portanto, tinham tido muito tempo fazer uma revisão mais aprofundada, nomeadamente

no que diz respeito à questão geográfica das áreas de influência dos vários agrupamentos que como se sabe parecem bastante incoerentes quando olham para o mapa do concelho. -----

----- Reafirmou que esse trabalho não foi feito, e não foi feito por uma orientação política clara do anterior executivo, nada teve a ver com o atual. -----

----- Relativamente aos valores para cumprir no atual mandato, a questão teve a ver com o seguinte: quando a carta educativa proposta pelo anterior executivo foi submetido ao sistema de avaliação, o Ministério da Educação, pediu uma calendarização e um orçamento, e isso não existia, e recusou emitir pronuncia sem este documento” e foi nesse sentido que a equipa técnica que trabalhou a carta, fez uma proposta, mais ou menos *ad hoc* para um espaço temporal de 10 anos com a convicção, que muito havia que rever e tinham até uma janela de oportunidade, pois a carta está feita para 13 freguesias e neste momento são 15, o que significa que há um trabalho de revisão que vai ser feito. Sem esta circunstância, já tinham a possibilidade de a todo o tempo fazerem as devidas revisões e as devidas alterações, mas ainda têm mais este pretexto. -----

----- Acrescentou que, até porque diferentemente do que disse o deputado Carlos Miguel a requalificação das escolas de 2.º e 3.º ciclo e secundário, à semelhança do que está a acontecer com a escola de Campelos é uma medida que vem do governo, pode ser com dinheiros comunitários, mas é da responsabilidade da administração central, e para que as candidaturas sejam apresentadas, precisam ter uma carta educativa, agora. -----

----- Reforçou que esta carta educativa funciona, dá continuidade aquilo que era previsto, não prevê nenhuma desregulação daquilo que são os equilíbrios entre freguesias, pelo contrário, dado que neste momento, têm escolas com o índice máximo de ocupação numa taxa muito baixa e esta carta prevê trabalhar nesse equilíbrio. -----

----- Esclareceu ainda que a questão que o senhor presidente de junta de Campelos colocou tem precisamente a ver com esta questão, porque a escola do Maxial, neste momento, e como não foi feita uma revisão territorial das áreas de influência dos agrupamentos, tem uma taxa de ocupação de 50% e assim, mexidas nas localidades feitas de forma *ad hoc* podem criar grandes desequilíbrios e, portanto, é esse cuidado que têm que ter agora. -----

----- Têm uma carta que ao ser aprovada vai ser monitorizada, vai certamente, receber da parte de todos, a melhor atenção e o maior acompanhamento e atenção a estas realidades. -----

----- Relativamente à questão colocada pelo PCP, assinalou que a educação de infância não faz ainda parte da escolaridade obrigatória, sendo por essa razão que há comparticipação dos pais no transporte das crianças, mas está previsto que passe a integrar a escolaridade obrigatória e aí certamente a configuração do pagamento será outra. -----

----- Não se registaram mais intervenções, passando-se de imediato à votação: -----

----- Tendo presente a sua competência prevista na n.º 1 do art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de

30/01, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade aprovar a proposta de Carta Educativa para o ciclo 2025/2035.-----

10 - PROPOSTA N.º 38/AM/2025 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO;--

----- Presente informação em título datada de 23/12/2025 com dados à data de 22/12/2025 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 16.519.528,59 e € 5.401.344,85 de dívidas a fornecedores.-----

----- Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara** que introduzindo o ponto em discussão, salientou a importância de prestarem contas, dando nota da metodologia que este executivo pretende implementar, ou seja, avançam com uma explicação sobre a atividade municipal, ficando disponíveis para qualquer a questão que possa ser colocada.-----

----- Nesse propósito e resumindo os cerca de 58 dias, desde a tomada de posse, começou pelas “Freguesias Sede de Concelho”, um projeto que terminou no passado sábado com a apresentação em Runa do que vão fazer nos próximos anos, aproveitando para agradecer à Junta de Freguesia de Runa, toda a amabilidade que teve durante este mês na receção que fez ao Executivo Municipal assim como a todos os fregueses, achando que foi um projeto muito interessante e que correu bastante bem.-----

----- Acrescentou que contactaram os fregueses, as associações e as empresas, expondo medidas e intervenções a concretizar nos dois anos seguintes, tendo por base as necessidades e contributos identificados localmente, do qual prestarão contas daqui a 2 anos, e assim será durante este mandato, nas 15 freguesias deste concelho.-----

----- Deu nota ainda que estiveram no local a acompanhar algumas obras do PRR, que preocupam a todos, referindo-se concretamente às duas unidades de saúde familiar e à variante às Palhagueiras onde existe um pequeno problema a resolver com o proprietário de um terreno, mas a partir da próxima semana vão avançar na obra, que está a correr a bom ritmo. Da reunião que teve com as empresas, e, apesar do outono e início de inverno muito rigoroso, existe a expectativa que no próximo verão, as obras sejam concluídas, o para o município seria excelente, não só a nível de financiamento, pois não perderiam o mesmo, mas também a nível do empréstimo, que, como todos sabem, são excecionados.-----

----- Relatou que fizeram uma ação de fiscalização para verificação do cumprimento da utilização dos armazéns de aprestos sites no Porto de Pesca da Praia da Assenta.-----

----- No âmbito da saúde e educação informou sobre várias reuniões, com as escolas, com a presidente da ULSOeste sobre o Campus da Saúde, na expectativa de haver formação e investigação, assim como da possível colocação de médicos para começarem a trabalhar na Unidade de Saúde Familiar da Ventosa, e também com o presidente do IPL, na qual foram

surpreendidos com a indicação que a Escola Superior Enfermagem não vai acontecer, ou seja, está previsto uma Escola Superior de Saúde com algumas valências e com outros cursos, mas sem enfermagem, quando foi sempre o que ouviram dizer, mas foi confirmado que isso nunca teve em cima da mesa. -----

----- Fez notar ainda que o entendimento da coligação foi que não faria sentido, fazer um Campus de Saúde no Barro e fazer uma escola superior de enfermagem, onde eram os antigos SMAS, e que a haver um Campus de Saúde, devia ficar tudo concentrado. Estão a trabalhar nesse sentido, vão falar novamente com o IPL e essa possibilidade está em cima da mesa, com ou sem IPL, embora, neste momento, estejam a aguardar a posição do IPL, porque faz todo o sentido que fique tudo no mesmo local. -----

----- Por último na parte da cultura, deu nota da gratuitidade dos museus durante a época natalícia, medida que estão a avaliar em termos de gastos/receita, para tomar uma decisão informada e colocar todas visitas gratuitas. -----

----- Relativamente às iluminações de Natal, fizeram um reforço ao que estava contratualizado permitindo que todas as juntas de freguesia tivessem pequenos apontamentos natalícios, esperando melhorar para o próximo ano. -----

----- Por último deu nota que definiu com os presidentes de junta a marcação de uma nova reunião, que teria como primeiro ponto da ordem de trabalhos as delegações de competências e de uma possível extensão das mesmas, porque pretendem capacitar cada vez mais as juntas de freguesia.

----- O *deputado municipal Carlos Filipe* interveio no sentido de assinalar que, relativamente às transferências de competências para as juntas de freguesia e sabendo que houve um aumento de 10%, nos recursos financeiros para as freguesias, num total global de 4 milhões de euros, o Chega põe à consideração do executivo, no âmbito da revisão dos protocolos, para o qual anunciou a constituição de uma comissão destinada a ouvir os autarcas das freguesias para analisar as competências atribuídas, bem como os pacotes financeiros, que um deputado de cada partido com assento na Assembleia possa fazer parte dessa Comissão. -----

----- O *deputado municipal Carlos Miguel* começou por lembrar que, no ponto anterior, a vereadora não respondeu como é que ia financiar os 49 milhões previsto neste mandato em escolas. -----

----- De seguida deu os parabéns ao presidente da Câmara pela sua eleição, para o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, assinalando a importância de estarem presentes nestes órgãos, porem relembrou a intervenção do colega Luis Carlos Lopes na última sessão, em que fez, de uma forma “exuberante”, a defesa do edil em nome dos Unidos, com uma voz tão grossa e tão alta que pensou que fosse para ser ouvida no Forte de São Vicente, mas se calhar era para ser ouvida pelo presidente porque efetivamente na lista do conselho geral em causa, onde ocupa a posição número 56, vem referido como do PSD e não dos Unidos, sendo certo que há muita gente

que integra este conselho que é independente, o que o leva a pensar que há uma exigência interna em Torres Vedras, “Unidos, Unidos sempre”, mas externamente, tanto faz ser uma coisa ou outra, e externamente é preferível usar a designação do PSD que uma outra qualquer, a menos que isto seja lapso, e se for lapso contam com o voto do PS para retificar esse lapso ocorrido na Associação Nacional de Municípios. -----

---- A segunda referência tem a ver com as reuniões do executivo descentralizadas, neste caso em Runa, questionando se estas reuniões são feitas para o executivo em exercício de funções, ou para todo o executivo, ou seja, nos cartazes aparece o presidente da Câmara e os vereadores com pelouro, os outros 4 não apareceram em nada e falando com os vereadores do PS sabe que não foram convidados para as visitas e outros programas, por isso gostariam de saber se se trata de um programa para a vereação da autarquia ou um programa para alguns vereadores da autarquia. ----

---- A terceira referência prende-se com a obra da variante da ligação da A8 à área empresarial das Palhageiras, com a qual todos sabem que existe um problema com a ocupação de terrenos que atravessam uma vacaria, e nesse sentido, entende que há um tempo para dialogar e um tempo para executar, e no caso vertente o tempo para dialogar já tinha acabado no dia 12 de outubro e por isso têm é que executar, porque correm o risco de não ver todo o financiamento recebido, se não tiverem a obra finda em junho. -----

---- Por último, disse ter conhecimento que o diretor do Teatro Cine, Guilherme Gomes, está de saída, opinando que é uma grande perda para Torres Vedras, já que ele em pouco tempo fez um trabalho exemplar, o que quis deixar registado, porque o Teatro Cine precisava de um *refresh* para melhorar, com novas ideias e nova abertura ao público e encontrou no Dr. Guilherme essa pessoa. Reafirmou que é uma perda ir-se embora, vai trabalhar noutras funções numa câmara municipal de onde é originário, desejando-lhe boa sorte, e questionou como é que o Executivo está a preparar a substituição, se é com recursos internos, ou se é recorrendo a recursos externos. -----

---- Respondendo ao deputado municipal Carlos Miguel o **presidente da Câmara**, referiu que tal como a vereadora disse, a carta educativa vai ser revista, e quanto à parceria público-privada, lembra-se de o deputado estar com uma vontade enorme de o fazer e de ele dizer que iam fazer 2 escolas que custariam 10 milhões e que isso iria custar à Câmara Municipal de Torres Vedras ao fim de 25 anos de 25 milhões, numa altura em que as câmaras não podiam ter endividamento, tendo informado para não o fazer porque se fosse através de empréstimo importaria em 12,5 milhões, e foi ouvido o que agradeceu, porque ainda andavam a pagar as escolas a 1 milhão cada uma. -----

---- Em relação ao PSD e aos Unidos, acha que já está na altura de o deputado ultrapassar este trauma, as eleições já foram no dia 12 de outubro. É independente e representa o movimento numa coligação liderada pelo PSD. Agora interessa é resolver todas as questões dos torrienses e de Torres Vedras, esse é o caminho, às vezes a favor, outras vezes contra.-----

----- Lembrou ainda que a coligação é liderada pelo PSD, porque o movimento cívico não pode fazer coligações, o que já foi explicado “mil vezes”, mas o PS continua a insistir e está na altura de ultrapassar isto.-----

----- Em relação às “Freguesias Sedes de Concelho”, esclareceu que os vereadores foram todos convidados para os eventos mais importantes, e estiveram presentes nas 2 reuniões do Executivo, na sessão participativa. Na sessão de encerramento no sábado, foram convidados nas não estiveram presentes. No âmbito do programa reuniu com vários munícipes, e fez atendimento pessoal e se os vereadores sem pelouro quiserem, também o podem fazer.-----

----- Deste modo, instou a não virem ao plenário fazer politiquice com uma questão, que não faz sentido pois são sempre bem-vindos.-----

----- Sobre a A8/Palhagueiras, a execução está em cima da mesa, porque o prazo legal já passou, houve uma providência cautelar para acautelar a proposta dos proprietários, mas vai avançar a partir do início do próximo ano, porque estão todos preocupados em conseguir cumprir prazos.-----

----- Sobre o Teatro-Cine esclareceu que irão fazer concurso público para assegurar a substituição.

----- Pediu a palavra o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* para dizer nesta altura do ano em que a maior parte dos trabalhadores estão com tolerância de ponto, devem valorizar os trabalhadores nomeadamente dos SMAS, afetos à recolha de resíduos e à limpeza pública, lembrando havia sempre muito lixo acumulado junto aos contentores após o Natal, mas este ano, pelo menos na cidade a situação foi muito razoável, não houve acumulação.-----

----- Por sua vez o *deputado municipal Vale Paulos*, interveio no sentido de expor uma dúvida pessoal, referente às coligações, assunto que sempre se discutiu em mandatos anteriores. Assim, lembrou que a CDU sempre manifestou que os eleitos deviam ser deputados do PCP, o que é de acordo com a lei eleitoral, pois as coligações caem, e os deputados da Assembleia Municipal assumem o partido pelo qual foram eleitos, não percebendo a razão de neste mandato não se utilizar a lei existente com a coligação Unidos por Torres Vedras.-----

----- Pediu de imediato a palavra o deputado municipal *Luís Carlos Lopes* para transmitir ao deputado Vale Paulos que devia coordenar com o líder bancada do PS, que fez um requerimento com esse teor há um mês atrás, que foi objeto de um parecer dos serviços jurídicos da autarquia, no sentido de que os deputados municipais, podem organizar-se da forma que quiserem, seguindo a lei e adotar a denominação que quiserem e foi o que aconteceu. Segundo a legislação em vigor, um conjunto de pessoas juntou-se formou um grupo municipal chamado “Unidos por Torres Vedras”, como podia ser chamado uma outra coisa qualquer. Disse ao colega que “não vale a pena insistir, e já chega.”-----

----- O *deputado municipal Vale Paulos*, uma vez que tinha colocado a questão à presidente da assembleia, questionou e se era esse o entendimento.-----

----- Em resposta a **presidente da Assembleia**, agradeceu as palavras do deputado Luís Carlos, solicitando ao deputado Vale Paulos que fale com o líder de bancada do PS, que poderá esclarecê-lo, pois tem na sua posse há mais de um mês esse esclarecimento e até respondeu que estava perfeitamente em conformidade e, portanto, é um assunto encerrado, lamentando que a informação não circule da forma mais razoável entre todos. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS: -----

10.1 - PROPOSTA N.º 39/AM/2025 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021): -----

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela câmara municipal, cujos ofícios abaixo indicados fazem parte integrante dos documentos da sessão e se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas: -----

----- Ofício número 4468 de 24/09/2025 – deliberação de 23/09/2025; ofício número 4761 de 09/10/2025 – deliberação de 7/10/2025; ofício número 41973, de 17/11/2025 - deliberação de 12/11/2025; ofício número 5425, de 27/11/2025 – deliberação de 25/22/2025 e ofício número 5692, de 11/12/2025 – deliberação de 9/12/2025. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

10.2 - PROPOSTA N.º 40/AM/2025 TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

----- Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios financeiros a atribuir às freguesias:-----

----- Ofício número 4762 de 09/10/2025 – deliberação de 07/10/2025: -----

----- Freguesia de Turcifal - € 45.000,00 - 1.ª tranche para iniciar obras de ampliação do cemitério;

----- União das Freguesias de Carvoeira e Carmões – € 20,000,00 para continuação da construção de muros no cemitério;-----

----- União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira – € 45.000,00 - 2.ª tranche para obras (cobertura e piso) do Pavilhão da Maceira (este investimento representa um custo total de € 150.000,00 sendo que a 1.ª tranche de € 50.000,00 foi aprovada na reunião de 15/07/2025).-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

11 - PROPOSTA N.º 41/AM/2025 - VOTOS, MOCÕES E RECOMENDAÇÕES. -----

----- A Presidente da Mesa informou que não tinham propostas para este ponto. -----

INFORMAÇÕES FINAIS: -----

----- Antes de encerrar os trabalhos a **presidente da Mesa** lembrou que a Assembleia Municipal de

Torres Vedras tinha sido convidada para uma visita guiada à Assembleia da República pelo deputado Marco Claudino, que irá acontecer no dia 22 de janeiro próximo, para o qual solicitava inscrições, uma vez que também iriam assegurar transporte, mas daria mais pormenores da visita oportunamente. Pensa que será bastante útil, quer para deputados, quer para presidente de Junta, poderem fazer esta visita, transcrevendo a Assembleia Municipal de Torres Vedras para lá. -----

----- Deu nota ainda que a Assembleia Municipal tem pins do município para oferecer a todos os deputados municipais. -----

----- O deputado municipal **Rui Prudêncio**, aproveitou para informar os deputados eleitos para a Assembleia Intermunicipal do Oeste seriam convocados para o dia 14 de janeiro para a sessão ordinária deste órgão, e que ainda estão em falta os dados necessários para proceder à comunicação, ao que a **presidente da mesa** informou que os serviços tinham a comunicação pronta e assinaria de seguida. -----

----- Aproveitando esta intervenção a presidente da mesa informou o plenário, que iriam ter no dia 12 de janeiro uma sessão extraordinária para a eleição para o presidente da CCDR, onde a assembleia municipal vai estar representada pela mesa, e as votações estarão abertas das 16.00h às 20, mas os deputados seriam oportunamente convocado para o efeito, inclusive disponibilizará um conjunto de perguntas frequentes, para garantir a todos que estão a cumprir as indicações emanadas pela Direção Geral da Autarquias Locais. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: -----

----- Tendo sido pedido pela Presidente da Mesa, Helena Ferreira, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo. -----

ENCERRAMENTO: -----

----- Pelas 22h15m o Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia. -----
